



Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Serviço Social



**PARA UMA CRÍTICA ONTOLÓGICA À “SOCIEDADE DE
CONSUMO” DE JEAN BAUDRILLARD**

Dariane Cordeiro de Araújo

Mariana, MG

2023

Dariane Cordeiro de Araújo

**PARA UMA CRÍTICA ONTOLÓGICA À “SOCIEDADE DE
CONSUMO” DE JEAN BAUDRILLARD**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvido como requisito para obtenção do diploma em bacharel no curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), e orientado pelo Professor Dr. Marlon Garcia da Silva

Mariana, 2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A663p Araujo, Dariane Cordeiro De.
Para uma crítica ontológica à "Sociedade de Consumo" de Jean
Baudrillard. [manuscrito] / Dariane Cordeiro De Araujo. - 2023.
96 f.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Silva.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Crítica marxista. 2. Filosofia marxista. 3. Ontologia. 4. Serviço
social. I. Silva, Marlon. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 330.85

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Dariane Cordeiro de Araújo

Para uma crítica ontológica à "Sociedade de consumo" de Jean Baudrillard

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 12 de maio de 2023

Membros da banca

Dr. Marlon Garcia da Silva - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Davi Machado Perez (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Diogo Prado Evangelista (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri)

Marlon Garcia da Silva, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 29/05/2023



Documento assinado eletronicamente por **Marlon Garcia da Silva, VICE-COORDENADOR(A) DE CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**, em 29/05/2023, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0532771** e o código CRC **406AA709**.

Agradecimentos:

Aos meus pais e aos meus irmãos, por serem meu maior alicerce de afeto e segurança e que, por todos os anos de graduação, me apoiaram imensamente. Aos meus amigos, por serem minha maior fonte alegria e tranquilidade. Aos colegas de turma por compartilharem comigo os desafios da graduação. Ao meu orientador, Professor Dr. Marlon Garcia da Silva, por ser de grande importância para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso. Aos demais professores do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, por serem importantes peças para minha trajetória enquanto estudante, e futura profissional da área.

A todos os pensadores e lutadores sociais que fizeram nascer em mim, e em tantos outros pesquisadores, um horizonte de caminhos guiados pela coragem de desvelar as tantas camadas presentes na macro-esfera social, buscando a transformação societária e mirando, principalmente, na emancipação de classe. E a todos, que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação pessoal.

Resumo

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) corresponde a uma pesquisa científica de cunho bibliográfico voltada a analisar a obra de 1970, escrita pelo sociólogo francês Jean Baudrillard, “A Sociedade de Consumo”, amparando-se em uma perspectiva de análise materialista-dialética, travando contraposições e diálogos referentes às obras de Karl Marx e Jean Baudrillard no intuito de destrinchar, recorrendo à uma posição advinda da perspectiva ontológica, a relação entre consumo, alienação e produção, entre outros.

Palavras-chave: Serviço Social, ontologia, Teoria do consumo, Capitalismo tardio, Alienação, Ideologia Burguesa

Resumen

El presente Trabajo de Conclusión del Curso, presentado al curso de Trabajo Social de la Universidad Federal de Ouro Preto (UFOP) corresponde a una investigación científica de carácter bibliográfico destinada a analizar el trabajo de 1970, escrito por el sociólogo francés Jean Baudrillard, "La sociedad de consumo", apoyándose en una perspectiva de análisis materialista-dialéctico, participando en oposiciones y diálogos sobre las obras de Karl Marx y Jean Baudrillard para desentrañar, utilizando una posición desde la perspectiva ontológica, la relación entre consumo, alienación y producción, entre otros.

Palabras clave: Trabajo social, ontología, teoría del consumo, capitalismo tardío, alienación, ideología burguesa

Sumário:

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1. A TEORIA DO CONSUMO E O SIMULACRO DA REALIDADE: UMA EXPOSIÇÃO DO LIVRO “A SOCIEDADE DE CONSUMO” DE JEAN BAUDRILLARD	13
1.1 - O início do pacto com o Diabo: a sacralização da mercadoria	13
1.1.1 - A Origem do Mito	15
1.1.2 A publicidade dos <i>fait divers</i> : a ambivalência dos signos na construção do cotidiano	17
1.1.3 - O Estado e o desperdício	19
1.2 - A naturalização da desigualdade e o direito à igualdade.	21
1.2.1 - O “Homo oeconomicus” condicionado a liberdade	25
1.2.2 - A alienação do prazer e a personalização	27
1.3 - A humanidade funcional	28
1.3.1 - O corpo	30
1.3.2 - A perda do tempo e o mito do lazer	32
1.3.3 - O mito da solicitude e a anomia da violência	34
1.4 - Conclusão: A alienação	38
CAPÍTULO 2. A GENERICIDADE DO SER SOCIAL E A MERCADORIA	43
2.1 - A destituição da genericidade humana	43
2.2 - A alienação do trabalho	45
2.3 - A propriedade privada	52
2.4 - O duplo caráter da mercadoria	54
2.5 O duplo caráter do trabalho	59
2.6 As formas do valor	61
2.7 - O fetichismo	67
CAPÍTULO 3. CRÍTICA À TEORIA DO CONSUMO	72
3.1 - Formas de ser e formas de consciência.	72
3.2 A produção como precedente ao consumo (relações de preponderância e reciprocidade)	78
3.3 - O fim da transcendência e as vicissitudes de processos emancipatórios	84
Considerações finais	92
Referências bibliográficas	95

Introdução:

Em uma sociedade de classes, todas as formas de objetivação, sejam elas prático-materiais ou prático-ideais, são entendidas e experimentadas através de uma lógica imbricada nos moldes de uma estrutura sócio-econômica contraditória, como é o caso daquela própria do capital. Com isso, a macroesfera social é respaldada nas dimensões políticas e econômicas, advindas do modelo de sociabilidade determinada e centrada na ideologia burguesa de diversas formas.

Tendo isso em vista, é necessário trazer à luz da tese do presente Trabalho de Conclusão de Curso a atualidade e a importância do projeto profissional do Serviço Social, que, engendra em si uma carga teórico-metodológica, ético-política, além de técnico-operativa, uma vez que se mantém dentro de uma sociedade de classes antagônicas e tem como objetivo, agir dentro das contradições da ordem societária burguesa, demarcando intencionalidades e tomando posição diante dessas contradições.

Ao considerar que as práticas profissionais (por serem fruto da genericidade humana objetivada no sujeito em sociedade), têm em si um teor político, visto que se inserem dentro da lógica sócio-econômica vigente, é possível assegurar que a elaboração de projetos profissionais produzidos, escritos e divulgados no seio da práxis da profissão, têm relação direta vinculada a um projeto ainda maior: o societário, que, por sua vez, se insere no âmbito profissional do Serviço Social, correspondido através de uma interpretação crítica materialista e histórica da sociedade de classes em que está inserido.

Assim, a tese do presente trabalho é pensada através da necessidade de postular um pensamento crítico marxista, de caráter ontológico histórico-materialista, ao instigante livro “A Sociedade de Consumo” (1970) de Jean Baudrillard. A crítica das relações sociais travadas em um contexto de capitalismo tardio, concatenadas ao desenvolvimento de fundamentos acerca do consumo, da alienação das massas e da profusão da mercadoria, privilegiando noções de ruptura com a lógica mercantil, pautada na contradição da essência humana espelhada pela amálgama de signos próprios ao consumo, são temas tratados no livro “A Sociedade de Consumo” de Jean Baudrillard, conceituado autor francês, que escreve suas principais obras entre os períodos dos anos 1968 a 2004

Pautado no intuito de desenvolver as noções do autor acerca do consumo, bem como, de, posteriormente, estender a elaboração da tese através de uma ótica marxista, o presente Trabalho de Conclusão de Curso foi estruturado de forma a possibilitar o desvelamento dos temas citados acima, bem como, de temas tratados por Karl Marx nos textos compostos nas obras: “Manuscritos Econômicos e Filosóficos” (1844), “O Capital - Volume 1”, sobretudo, o capítulo 1 “A mercadoria” (1867), e os manuscritos denominados “Grundrisse”, compreendidos entre os anos de 1857 a 1858.

Sendo assim, o trabalho é dividido em três capítulos, pretendendo corresponder ao desenvolvimento científico e materialista da abordagem histórica das formas de ser e de consciência humana, entrelaçadas ao desenvolvimento da ordem societária burguesa. O estudo através das obras dos dois autores permite chegar ao cerne da realização da presente pesquisa: o que sugerimos como destituição ontológica¹ contemporânea que ronda a abordagem dos temas presentes no espectro da sociedade do capital, e do projeto político e ideológico burguês, evidenciando a necessidade de postular a crítica aos enfoques que se propõem a atingir um nível de abstração capaz de subverter a ideologia burguesa, mas não o fazem, ou o fazem de forma exígua. Assim, este Trabalho de Conclusão contém três capítulos subdivididos em tópicos que correspondem ao caminho traçado para o início de importantes provocações nesse sentido.

O primeiro capítulo, intitulado “ A teoria do consumo e o simulacro da realidade: uma exposição do livro ‘A Sociedade de consumo’ de Jean Baudrillard”, está dividido nos seguintes tópicos: “O Início do pacto com o Diabo: a sacralização da mercadoria”, “A naturalização da desigualdade e o direito à igualdade”, “A humanidade funcional” e “Conclusão: A alienação”. Nesses movimentos iniciais, é introduzindo o conteúdo do livro “A Sociedade de Consumo” de Jean Baudrillard, residindo no motivo de que, o autor, realiza uma forte crítica ao fenômeno da profusão do consumo e da mercadoria, possivelmente

¹ As teses e argumentos sobre uma ontologia do ser social são desenvolvidas por Gyorg Lukács em sua obra “Para uma ontologia do ser social”, finalizada no início dos anos de 1970, permite, entre outras coisas, a compreensão de que existe de forma historicamente determinada um movimento material, real e concreto, que se orienta para além da abstração filosófica e subjetiva do ser, capaz de evidenciar as contradições do movimento real da sociedade burguesa através da ótica crítica acerca dos fundamentos da genericidade humana, reiterando uma relação orgânica com a realidade e com o processo de produção de conhecimento.

impulsionado pela afluência conjuntural do capitalismo no pós-Segunda Guerra, nos centros hegemônicos do sistema mundializado, e o crescimento de indústrias da publicidade, de forma a possibilitar uma rica discussão acerca da alienação das massas, relacionada ao espelhamento do gênero humano em uma realidade ilusória e fantástica criada através do imperativo do consumo, e, por conseguinte, além do mesmo. Assim, a análise do livro, bem como, a exposição de seu conteúdo é de grande contribuição para desenvolver, posteriormente, temas ligados ao fetichismo da mercadoria, da atividade produtiva, da genericidade humana, da mercadoria, das formas de consciência, entre outros.

O tema da destituição ontológica contemporânea é desenvolvido através da exposição do pensamento marxista, concatenado ao exame dos fenômenos do consumo e da produção. Dessa forma, o debate pautado em entender, em perspectiva histórica, a natureza e o lugar da mercadoria e do trabalho na genericidade humana, é essencial para compreender a necessidade eminente de adentrar em uma posição mais crítica e estruturada através de conceitos de base marxista, que consideramos pertinente e instrutivo revisar.

Sendo assim, no segundo capítulo deste trabalho, é introduzido o conteúdo das obras de Karl Marx, importante pensador alemão e crítico da economia política. É importante notar que as obras escolhidas para complementar a tese aqui apresentada correspondem ao período de 1844 até 1867, em que Marx amadurece a crítica à sociabilidade burguesa, evidenciando, através de uma ótica materialista e dialética, sempre colocada em perspectiva histórica, a pertinência das obras e das provocações nelas estabelecidas até os dias atuais, caracterizando e dando vida a uma importante corrente de pensamento que tensiona as bases de um pensamento economicista burguês e classista. Os obras de Karl Marx compreendidas entre os “Manuscrito Econômicos e filosóficos”, O “Grundrisse” e o capítulo 1 d'O Capital, “A Mercadoria”, são o principal chão e o horizonte no qual a pesquisa se fundamenta, de forma a possibilitar a condução de um debate entre as obras de Jean Baudrillard e Marx pensando, principalmente, em analisar a tendência abstrata e subjetiva pela qual o autor francês conduz a relação do indivíduo, da produção e do consumo. Karl Marx atua auxiliando no desvelar das relações sociais objetivadas e, simultaneamente, abstratas, em uma sociedade burguesa, jazida sob o imperativo histórico e cultural da expropriação da riqueza, e da dominação entre classes.

Dessa forma, o capítulo 2, intitulado “A genericidade humana e a mercadoria” desenvolve o conteúdo do item “Trabalho estranhado e propriedade privada”, é subdividido em tópicos nomeados “O processo da destituição da genericidade humana”, “ O duplo caráter da mercadoria”, “ O fetichismo” no intuito de dar continuidade à uma crítica ontológica acerca da substância do valor, das relações sociais travadas em meio à lógica mercantil capitalista, e principalmente, mantendo o enfoque na noção de alienação.

Por fim, no terceiro e último capítulo, é proposto o cotejamento e análise dos conteúdos discutidos anteriormente, bem como, são destacadas análises críticas voltadas ao fenômeno do consumo em um contexto de capitalismo tardio, assim como, o desenvolvimento de noções introdutórias e aproximativas voltadas ao entendimento da ontologia do ser social, sua genericidade entrelaçada à atividade produtiva.

É necessário frisar que tal movimento retifica a preponderância de uma análise crítica intencionada a pautar uma discussão sobre as formas da consciência e a prevalência da objetividade prática das relações de produção e sociabilidade imbricadas na fomentação de uma subjetividade voltada à profusão do consumo. A concepção de mundo pautada na psicologização dos conceitos e na visão subjetiva acerca do impulso direcionado do consumo, implica na necessidade de desvelar, tendo em vista o contexto histórico, humano, político e social posto, a concepção da estrutura material societária. Dessa forma, este terceiro e último capítulo, “Crítica à teoria do consumo” é dividido pelos seguintes tópicos: “Formas de ser e formas de consciência”, “A produção como precedente ao consumo (relações de preponderância e reciprocidade)”, “O fim da transcendência e as vicissitudes de processos emancipatórios”.

A análise das categorias aqui trabalhadas é respaldada em uma visão advinda da posição sustentada pela corrente de pensamento marxista, no que diz respeito à ratificação da ontologia enquanto cerne das relações sociais pautadas na atividade do trabalho, da produção, da sociabilidade e seus complexos, das formas da consciência humana e nas implicações que tais categorias reúnem no modo de produção societário burguês.

CAPÍTULO 1. A TEORIA DO CONSUMO E O SIMULACRO DA REALIDADE: UMA EXPOSIÇÃO DO LIVRO “A SOCIEDADE DE CONSUMO” DE JEAN BAUDRILLARD

Jean Baudrillard foi um sociólogo e filósofo francês, que, escrevendo no período moderno de 1968 ao início dos anos 2000, desenvolveu em suas obras a crítica ao consumo e as formas de relações sociais voltadas à lógica mercantil objetivada na contradição das noções de realidade, através da virtualidade dos signos, da publicidade, e da cultura de massa. O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como principal objetivo fomentar a discussão acerca da destituição ontológica contemporânea. Sendo assim, o primeiro capítulo conduz o debate através da exposição do conteúdo do livro “A Sociedade de Consumo” de Baudrillard, uma vez que, contém a firme proposta de crítica à ordem societal contemporânea e ao espelhamento do gênero humano respaldado no feitiço da mercadoria, contribuindo de forma rica ao debate proposto. O livro é dividido em três partes, sendo elas: “I - A Liturgia formal do Objeto”, “II - Teoria do Consumo” e “III - Mass Media, Sexo e Lazeres”, e uma conclusão, intitulada “Da alienação contemporânea ao fim do pacto com o Diabo”. Articulado com o pensamento em voga na segunda metade do século XX, o livro trata das noções psicossociais que envolvem o desejo de consumir como elementar para a compreensão da estrutura social moderna, sumariamente voltada à alimentar, em abundância, o mito do consumo.

1.1 - O Início do pacto com o Diabo: a sacralização da mercadoria.

O início do livro conta com uma citação do célebre “Memórias do subsolo”, de Dostoiévski, obra publicada em 1864, em que o protagonista colérico e altamente niilista, faz uma menção crítica ao consumo exacerbado das massas, clamando que a história irá se virar contra uma sociedade que vive da abundância de prazeres momentâneos adquiridos através da mercadoria. Logo de início, é evidenciado que Baudrillard encara o fenômeno do consumo enquanto modo ativo da relação humana, tanto da relação estabelecida entre o homem e os objetos, quanto a relação prescrita entre o sujeito e a coletividade que habita ao redor. Dessa forma, a cultura contemporânea está diretamente relacionada a cultura do consumo, de tal modo que se tornam uma só: respaldada no mito e na abstração do real, a

cultura contemporânea é uma espécie de atividade sistemática que corresponde ao alicerce do sistema cultural contemporâneo. O drugstore, a panóplia, a gama de objetos e mercadorias formam uma corrente de objetos que se fortalecem enquanto feitiço, enquanto representação fantástica que contém em si, no nível mais profundo de abstração, a exteriorização do gênero humano no ato de espelhamento que ultrapassa a identidade própria do sujeito e, encarna em um mundo materializado através dos signos, mistificações e da liturgia do objeto.

De forma a exemplificar a relação entre o real e o mito, entre o humano e o objeto produzido, Baudrillard usa a noção de consumo do produto relacionada a sua função enquanto valor de uso, e, principalmente, enquanto mistificação, integrado não só a sua função material, mas à integração com a esfera psico-social do sujeito: uma máquina de lavar, não só atua enquanto produto voltado a sua respectiva razão de ser (valor de uso), mas coloca-se no imaginário coletivo enquanto fonte de conforto, status, conectado quase que intrinsecamente à uma função na lógica social do desejo.

Em “A liturgia formal do objeto”, Baudrillard considera a obviedade na percepção acerca de uma categoria contemporânea de mutação fundamental, tanto na ecologia humana quanto na lógica da vida em sociedade; uma evidência tamanha de que a abundância dos objetos originou mudanças e criou raízes na vida coletiva. A trajetória da humanidade encontra um momento decadente no tocante às relações humanas, agora objetificadas em todos os sentidos do termo, iniciando na lógica do consumo e desaguando na crescente influência do *mass media*, e da publicidade, na qualidade de veículos encarregados de concretizar o culto aos signos. Dessa forma, o autor entende que o conceito de “ambiente” tem seu auge de significação a contar do momento em que a sociedade deixa de viver em proximidade entre iguais e aprende a conviver com a dominação da mercadoria; nas palavras de Baudrillard: “Como a criança-lobo se torna lobo à força de com eles viver, também nós, pouco a pouco nos tornamos funcionais” (pág. 15), não obstante, ainda completa uma importante reflexão sobre a noção de tempo: “vivemos no tempo dos objetos” (pág. 15). A observação da trajetória coletiva, tendo como núcleo a noção de tempo é fundamental para Baudrillard demonstrar a relação da humanidade baseada no tempo do objeto, da produção e do consumo. A humanidade vive ciclos inteiros acompanhando a evolução e sucessão de objetos, sob o imperativo de uma fauna e flora criadas através da “ambiência”, racionalmente posta na lógica de produção da vida. Aqui, Baudrillard mostra uma importante fração de sua ordem de pensamento: ao comparar o mundo atual com uma fauna e flora de máquinas

(selvagens e sem civilização), afirma que não podemos nos enganar, visto que, esse tipo novo de selvageria é controlada, no entanto, não o é pela humanidade diretamente, é controlada por uma força exponencialmente maior: o valor de troca.

1.1.1 - A origem do mito

O estudo de Baudrillard corresponde a forte crítica do consumo enquanto regulador das relações sociais, assim, ao fazer a análise da profusão de objetos na realidade contemporânea, o autor entende que o estímulo visual, a abundância, as vitrines e a exposição demasiada de produtos, são, no mínimo, a evidência insultuosa de que o desejo humano pelo consumo ultrapassa a necessidade: é pautado na demasia e na naturalização de signos. Ao discutir sobre a panóplia, Baudrillard introduz uma leitura acerca do imaginário moderno: a exposição de objetos em profusão é feita de tal forma que, não se enxerga o objeto em si, mas a representação de seu significado, pautada na fantasia inesgotável da abundância. Os objetos de luxo são um exemplo de que a raridade necessariamente demonstra a noção de excedente, bem como, a possibilidade de contato com o mito do objeto, enfileirado nas vitrines, é sumariamente a estratégia de mercado convidativa e lustrosa, ilustrando o encadeamento de significantes estritamente ordenados, obedecendo uma lógica manipulativa e conflitante no imaginário do consumidor.

O drugstore surge na narrativa enquanto decorrente da noção palpável de ambiência. Para Baudrillard, os drugstores, os shoppings, o Parly (grande centro comercial localizado em Paris), correspondem a um novo tipo de ambiência de significantes pautada na relação sólida que a sociedade de consumo estabelece entre cultura e objetos, a chamada culturalização, que nada mais é do que a justaposição de categorias de mercadorias organizadas racionalmente envolta de uma amálgama de signos, que desembocam em uma noção coletiva que atravessa o entendimento mistificado do que é cultura, além da noção comercial. As percepções de localização, numa lógica geográfica, arquitetônica e urbana, bem como, os estímulos ambientais provocados pela construção de ambientes confortáveis, estéticos e decorativos provocam, devido à jocosidade da abundância, um condicionamento total do sujeito, não só no sentido de compra e venda, mas uma subordinação total do tempo e das relações sociais, “A beleza do meio é a primeira condição de felicidade de viver” (pág. 20). Historicamente, a noção social de cultura mostrava-se integrada à uma categoria inteira, única, correspondida através da reflexão acerca da complexidade da vida real, não obstante, a realidade contemporânea assiste o suprasumo da homogeneização cultural da vida, na qual a cultura, o

entretenimento e o lazer são diretamente acoplados às condições de consumo, demonstrando a indistinção das relações sociais reais. Neste ponto, Baudrillard faz referência ao Panteão romano: todo o sincretismo da vida social arcaica acontecia neste único lugar, já na modernidade, o Panteão é um Pandemônio da vida social, no qual o sincretismo se concentra nos grandes *shopping centers*, em uma razão sincrética voltada à lógica mercantil: homogeneiza-se em um só lugar toda a vida do trabalho, do lazer e do consumo através da abstração ilógica guiada pelo culto à mercadoria. No mundo moderno, a condensação e a contradição entre elementos da vida social reunidos em prol do consumo são evidências reais da destruição da cultura real e da simbologia da vida humana, deixando no Panteão moderno uma combinatória vazia de “ambiência” calculada.

Ao teorizar sobre o mito da mercadoria, Baudrillard faz uma analogia entre a fábula dos indígenas da Melanésia e o consumidor do mundo moderno. Na estória, os indígenas passavam os dias a observarem com admiração os aviões que sobrevoavam sob suas casas e sempre pousavam distante, onde os brancos estavam, dessa forma, os indígenas resolveram montar um simulacro de pista de pouso, na esperança de que o avião enfim pousasse em sua ilha. Baudrillard usa esse pequeno conto para evidenciar como o estatuto imperativo da amálgama de mercadorias do mundo contemporâneo constitui um simulacro, que instiga a esperança do consumidor, correspondendo à uma ludicidade mágica que governa o imperativo do consumo pautado na mentalidade (tão primitiva quanto à dos indígenas) sensível à ideia de milagre, à esperança de possuir o objeto desejado, uma vez que, respaldada inexoravelmente na crença ilógica da onipotência dos signos, a satisfação prevê uma felicidade antecipada, logo, imaginativa, virtual e mistificada. Na prática, o consumo não é articulado na qualidade real de fruto da produção e do trabalho, contudo, é entendido enquanto milagre. O homem assistindo ao comercial na televisão assemelha-se ao indígena Melanésio: o desejo e satisfação antecipada sobre algo que cobiça, mas não possui, confere a relação lúdica que a mercadoria estabelece com a miraculosidade que a ronda. A única diferença entre os dois personagens aqui discutidos, é que o sujeito na realidade moderna tem a falsa sensação de controle, uma vez que pode regular o que assiste na televisão por meio do controle remoto, o que, para Baudrillard, faz com que o milagre da propaganda seja ainda mais sólido e manipulativo. O intuito desta exposição é demonstrar que o telespectador e o indígena não vivem a apropriação da coisa, mas a captação, segundo a lógica milagrosa que capta a imagem e a sensação antecipada do objeto, mas nunca o objeto em si.

Em “ O mito do cargueiro”, Baudrillard usa outra vez uma estória dos Melanésios: os indígenas não possuíam em suas terras objetos, produtos ou mercadorias que satisfizesse suas

necessidades básicas de consumo, sendo que, todos esses produtos só existiam na sociedade dos brancos, assim, acreditava-se que, milagrosamente, os antepassados indígenas regressariam ao mundo real, fazendo justiça no intuito de acabar com a desigualdade entre as ambas sociedades, e os produtos iriam milagrosamente surgir na sociedade indígena como resultado de tal milagre. Dessa forma, o autor relaciona mais uma vez o sentimento mistificado dos indígenas e os compara com a mentalidade coletiva atual, apontando a inviabilidade das populações dos países subdesenvolvidos esperarem uma reparação econômica e mercantil do Ocidente Europeu, uma vez que a sociedade ocidental de capitalismo central mantém o pensamento de que a mercadoria, a profusão e a abundância são bens “naturais”. Isto é, a imaginação atrelada ao irreal, que consiste em pensar a mercadoria não enquanto fruto do trabalho, mas como uma dádiva da natureza. O imperativo da mistificação do real acarreta para a sociedade moderna a ideia de direito inalienável à profusão, uma boa fé de que o ocidente herdou não só os bens de consumo, mas um “*direito natural à abundância*”. Mantendo a crítica focada na idealização do mito a mercadoria, Baudrillard faz um adendo de importância múltipla para o entendimento da sociedade de consumo: acerca da relação entre a produção e o consumo, entende que o domínio ideológico da miraculosidade da mercadoria não quer dizer, necessariamente, que as relações sociais não vivam sob o imperativo categórico, econômico e político de uma sociedade de produção, entretanto arrisca afirmar que, dentro dessa socialidade existe, igualmente, uma ordem de *consumo*, para além da ordem de produção, uma vez que, esta primeira obedece aos princípios dos signos, do pensamento mágico e sensível. Em suas palavras:

Não quer dizer que a nossa sociedade não seja, antes de mais, objetivamente e de modo decisivo, uma sociedade de produção, uma ordem de produção, por consequência o lugar da estratégia econômica e política. Mas, quer-se também significar que nela se enreda uma *ordem de consumo*, que se manifesta como ordem de manipulação dos signos. Em tal medida, é possível traçar um paralelo (sem dúvida, arriscado) com o pensamento mágico, porque ambos *vivem de signos e de abrigo dos signos*. (BAUDRILLARD, 1970, pag. 23)

1.1.2 - A publicidade dos *fait divers*: a ambivalência dos signos na construção do cotidiano.

A publicidade e o *mass media* constituem ponto central na análise de Baudrillard enquanto principais vetores da ambivalência da prática dos signos. A publicidade tem como principal estratégia o instigamento imagético que ronda o imaginário coletivo, e, simultâneo para a instigação da captação dos signos, há a rejeição e o recalçamento, noções que são livremente exploradas no intuito de instigar o sujeito à antecipação. Ainda seguindo a ideia de que o consumo do real é tida através da antecipação, o autor exemplifica esse movimento através de uma notícia: quando é anunciado que existem homens armados sendo treinados por um setor governamental, essa informação não é tida como notícia, mas como a antecipação de um sentimento de desespero pelo telespectador, denotando quase que com certeza a antecipação de um ataque terrorista. Isso se revela enquanto uma vertigem da realidade, *vertigem consumida*.

“Fait Divers” é um termo jornalístico que corresponde a notícias que não são especificamente categorizadas por editoras, consistem em informações que são de gênero extraordinário. Baudrillard entende a importância na atuação das *fait divers* para a cultura de massa, visto que, ao apresentar-se como o suprassumo das notícias, a categoria passa a ser o molde para a interpretação fantástica de todos os outros veículos de informação. O sucesso de documentários sobre a vida real se deve ao fato de que, o telespectador, agora, busca incessantemente a realidade através da TV, nunca fora dela, e por isso o sujeito enfrenta uma obsessão por “participar” de algo que não pode ser vivenciado por si mesmo, assim sendo, busca, através de uma ideia mistificada, a ilusão de uma vida real. Por isso, os signos se constituem como fatores de segurança para a sociedade de consumo, uma vez que a comunicação de massa se debruça apenas na vertigem da realidade, ou numa realidade sem vertigem, visto que, no ideário composto pela cultura de massa, realmente, não há verdade, não há vida, constituindo apenas a forma imagética e ilusória de uma “sentimentalidade vertiginosa”. Nas palavras do autor:

Vivemos desta maneira no abrigo dos signos e na recusa do real. Segurança miraculosa ao contemplarmos as imagens do mundo, quem distinguirá esta breve irrupção? A imagem, o signo, a mensagem, tudo o que consumimos é a própria tranquilidade selada pela distância do mundo e que ilude, mais do que compromete a alusão violenta do real. (BAUDRILLARD, 1970, pag. 25)

Com isso, Baudrillard emenda uma importante reflexão: a práxis do consumo consiste na curiosidade alimentada pelo indivíduo acerca da vida real. Não é a busca pelo conhecimento e nem o interesse na total ignorância, mas do desconhecimento do mundo. Isso porque o desconhecimento é o estado que instiga a total curiosidade, uma vez que se trata da recusa do real respaldando-se no consumo descontrolado dos signos que se espelham na realidade. Dessa forma, o consumo enquanto cerne da cotidianidade consiste, majoritariamente, em um sistema de apreensão de signos. A vida humana passa a ser controlada através da reinterpretação dissociada do real e pautada na transcendentalidade, o que evidencia, acima de tudo, um sujeito que assiste o mundo à sua volta sem compromisso coletivo, focando sua interpretação da realidade através de sua individualidade. A amálgama de notícias ruins passam a ser bem vistas pelo sujeito, de forma que sua televisão se torne uma janela para o mundo real.

Essa ambivalência de signos se faz tão presente na realidade contemporânea, que é possível ter como exemplo a contradição entre a moral advinda do puritanismo e o forte apelo moderno que ronda o hedonismo. Ao competirem, demonstram a necessidade mútua na contradição: quando se defende uma moral, tem-se um real motivo para protegê-la e valorizá-la, ou seja, é preciso que esteja ameaçada pelo lado antagônico, para que exista com esmero, mostrando a necessidade de serem disputadas. Dessa forma, o autor conclui que a ideologia da sociedade de consumo é viver da fatalidade negativa para a busca da felicidade abstrata. O objetivo da sociedade atual é ser, em suas palavras: “uma Jerusalém, bonita, rica e ameaçada” (pág. 27)

1.1.3 - O Estado e o desperdício

Neste ponto, o autor francês propõe um debate acerca da função do Estado enquanto regulador da subsistência da população que fica à margem do processo de consumo, bem como, pretende problematizar o porquê que os créditos distribuídos pelo Estado não asseguram a igualização social. Baudrillard é perspicaz ao entender que o aparato estatal cumpre sua função real ao redistribuir renda, e, analisando os números e estatísticas, entende que, mesmo que os dados apontem para melhorias nos índices humanos, sabe-se que a miséria e desigualdade aumentam, dessa forma, reflete sobre uma possível anomalia na inércia do mecanismo estrutural, ou, indaga se o Estado é cúmplice declarado do sistema de poder.

Seguindo essa lógica, os prejuízos dos cofres públicos são uma consequência da abundância, bem como, a degradação natural do meio ambiente e degradação humana, demonstrada pelo processo de culturalização. A perda de bens materiais e a precarização do quadro coletivo são, em sua maior parte, devidos ao desenvolvimento industrial e técnico, e das próprias estruturas de consumo. Baudrillard comenta, acerca da manutenção de uma estratégia tida pelos mecanismos de consumo eficaz ao lucro de grandes empresas, que consiste na lógica mercantil de encarar tudo enquanto consumo. O autor exemplifica demonstrando que as atividades econômicas que induzem a venda de um automóvel originam um déficit psicológico e humano em níveis exponenciais: o gasto com acidentes, com gasolina, os danos ao meio ambiente etc, mostra que tudo acabará sendo diferentes formas de consumo. Ao examinar todas as relações produtivas contemporâneas, o traço de "crescimento pelo crescimento" evidencia que os prejuízos são inúmeros, uma vez que as atividades não passam de paliativas, todavia, uma vez atingido o limiar para a absorção de lucros, estes são devorados através desta "terapia homeopática" de crescimento. (pág. 34)

Assim, Baudrillard avança em sua argumentação ao deixar claro sua concordância com a problematização acerca da superprodução, reconhecendo-a enquanto causa da superexploração da mão de obra, essa sendo a alavanca que assegura o meio de sociabilidade hostil da classe trabalhadora; o autor cita a insegurança do trabalhador, a pressão psicológica que envolve as relações materiais que o rondam. Desse modo, é evidenciado a problemática da dinâmica do crescimento tendo em vista a sociabilidade do trabalho, mostrando que, o ciclo do positivo e do negativo enquanto ambiguidade que se respalda o consumo desenfreado, em seu fim, os processos se esgotam progressivamente, uma vez que gera um ciclo vicioso de repetições, nada contribuindo para a evolução global do gênero humano;

O único resultado objetivo é então o crescimento canceroso dos números e dos balanços: mas, no essencial, regressa-se propriamente ao estágio primitivo, o que é o da penúria absoluta do animal ou do indígena, cujas forças se esgotam na preocupação pela sobrevivência. (BAUDRILLARD, 1970, pag. 35)

Em um sistema societal no qual as únicas coisas que geram mobilização se constituem enquanto coisas mensuráveis, é possível aferir que tudo que é produzido é, portanto, mercadoria, e, logo, é considerada sagrada. Exemplo: a baixa da luminosidade natural em

Paris não importa aos economistas e contabilistas, no entanto, se tal baixa gerar maior venda nas lâmpadas e luminárias, então isso consiste, dentro da ideologia liberal, em uma evolução da vida social. Sendo possível concluir que tal processo faz parte da simples lógica econômica e política da sociedade.

Continuamente, Baudrillard inicia uma análise acerca de outro fator, que, simultaneamente aos prejuízos, deve ser concebido como correspondência direta da sociabilidade e a ordem de produção que a regula: o desperdício. É importante salientar sobre a impossibilidade de conceber a noção de desperdício de forma simplista, entendendo-o unicamente enquanto resíduo do que é feito para ser consumido, uma vez que tal pensamento levaria diretamente à uma visão reducionista de todo o processo de consumo: se se tem o desperdício na qualidade exclusiva de resíduo, tem-se o consumo na qualidade simples de valor de uso, dessa maneira, é necessário entender que o desperdício possui uma funcionalidade racional positiva que consiste na transformação das despesas e do supérfluo em produção de valores, uma vez que, historicamente, o desperdício, além de ser relacionado à raridade da mercadoria e à abundância, compreende-se voltado à expressão do ser. Para elucidar tais noções, Baudrillard cita Shakespeare, na célebre peça “O Rei Lear”: o escritor inglês afirma que consumir apenas o necessário para a sobrevivência tornaria o ser humano tão primitivo quanto os animais, e isso seria desperdício de vida, justificando a ideia de necessidade natural de abundância. Baudrillard comenta, sobre o consumo a visão de Nietzsche em “A Vontade de Poder”, o filósofo alemão afirma que os teólogos cultuam o chamado “instinto de conservação”, como natural e evolutivo, todavia, aponta para hipocrisia desse discurso ao afirmar que, naturalmente, a humanidade tem uma inclinação ambiciosa no intuito de utilizar viciosamente todos os recursos e nada conservar. Já Baudrillard conclui, sobre a ambiguidade entre desperdício e consumo, e sobre a indagação da inclinação natural do ser em tais fenômenos: para que seja tido como verdade, a abundância e o desperdício não podem ser o bastante, mas precisam constituir um excesso, pois só assim correspondem à lógica do lucro excedente, nessa sociabilidade. Portanto, tal argumentação caracteriza a maior função do desperdício: mostrar a diferença significativa entre o necessário e o supérfluo, constituindo-se como uma chave que orienta o sistema nesse sentido.

1.2 - A naturalização da desigualdade e o direito à igualdade.

Na segunda parte do livro, Baudrillard se propõe a adentrar na discussão acerca da “Teoria do Consumo”, expondo uma análise de cunho crítico ao sistema de produção atrelado à desigualdade e ligado à mistificação, não só da mercadoria, mas de todos os fenômenos do quadro social em prol do lucro, uma vez que, todos os aspectos da vida humana estão coisificados sob o imperativo da produção e do consumo. Em “A Lógica Social do Consumo”, o autor expõe a noção deturpada de felicidade em prol do direito de igualdade; ele critica avidamente os discursos que denotam uma propensão natural à existência da felicidade, mostrando a ingenuidade por trás de um pensamento que concebe a felicidade na sociedade do consumo como natural. Ora, se a felicidade tem uma propensão biológica para se fazer presente em uma sociedade racionalmente organizada, por que o faz perante o imperativo do consumo, que assedia a liberdade individual e força um modelo único de vida baseado na abundância? Baudrillard vai além de tal indagação, e entende a felicidade não enquanto uma inclinação de cada indivíduo mas como um mito sócio-histórico necessariamente atrelado ao chamado “mito da igualdade”. Tal mito, contato pelas revoluções burguesas emancipatórias do século XIX, mostra que a felicidade, vetor ideológico da igualdade (sem um, não se tem outro), é, nesta ordem societal, *mensurável*. Como mencionado em tópico anterior, o autor crava a ideia de que tudo o que é válido e, portanto, consumido, nesta sociabilidade é objetivamente mensurável, desse modo, essa felicidade é significada justamente como *bem estar*, fundindo-se nos princípios idealistas e individualistas da Declaração dos Direitos Humanos, pois esta considera que o indivíduo tem *direito* à felicidade. O furo no discurso contrário é fácil de identificar: se a felicidade é um fenômeno de propensão natural, qual seria o proveito em postulá-la enquanto direito? As revoluções burguesas serviram de prova histórica de que postular a igualdade e a felicidade enquanto direitos nunca foi efetivo na realidade humana, ainda assim, a igualdade se torna a igualdade dos objetos, e dos signos que evidenciam a mistificação envolta do êxito social, do status, e, por conseguinte, da satisfação.

A mística da igualdade perpassa a ideia de necessidade, uma vez que a necessidade e a satisfação, perante os objetos, tornam os homens “iguais” diante do valor de uso, (todos necessitam utilizar os produtos na ordem do consumo), no entanto, só se diferem entre si para obtê-los; aqui, Baudrillard reconhece a desigualdade perante o valor de troca. Quando o autor menciona: “ao nível do bife, não existe proletário e nem privilegiado” (pág. 48), aqui entende-se que o valor simbólico da mercadoria chega em tal estado de supervalorização que ultrapassa a razão da relação social que a ronda, firmando a ideia de sacralização. Tendo isso em vista, é questionável se a ordem social contemporânea poderia alcançar a *igualdade de*

consumo, todavia, se essa igualdade é mistificada pelo simulacro dos signos, logo, não existiria igualdade real, apenas o espelhamento de um fenômeno também consumido. Ou seja, para alcançar a igualdade real, é necessário interpretar os signos e a abundância por *outra* perspectiva que não seja a análise das coisas mensuráveis (dos números, dos cálculos, das estatísticas etc), pois esses são derivados diretos de uma ordem societária que se instaura no culto ao mito. Visto isso, Baudrillard é perspicaz ao notar que o sistema de desigualdade e a ordem que fomenta a expansão da pobreza, perpetua-se, e tende a ser vista como processo residual do crescimento; com isso, instaura a observação de que, mesmo com a redistribuição de crédito proposta pelo Estado, entende-se que o próprio aparato estatal usa de qualquer mecanismo que seja capaz manter a ordem vigente. Baudrillard mostra que a única forma de chegar a fundo na questão, é admitir que em meio à lógica sistemática, existe um sistema de desigualdade, obedecendo uma ordem estrutural de significação relacionada à perpetuação do lucro excedente. Nesse aspecto, conclui que o crescimento econômico e do consumo não produz a abundância, nem que o crescimento é a causa raiz da desigualdade, assim:

O crescimento em si é a função da desigualdade. A necessidade que a ordem social “desigualitária” e a estrutura social de privilégio têm de se manter é que produz e reproduz o crescimento como seu elemento estratégico. Por outras palavras, a autonomia interna do crescimento (tecnológico, econômico) é fraca e posterior em relação à determinada pela estrutura social (BAUDRILLARD, 1970, pag. 55)

Entendendo que o sistema vigente age sob o categórico da lógica estrutural de classe, sustentando-se na expansão econômica respaldada sob a função da desigualdade, Baudrillard faz uma afiada crítica aos sociais democratas e conciliadores de classe, argumentando que o processo de redistribuição de renda é inviável, uma vez que os sistema só sobrevive reproduzindo a desigualdade. Assim, compreende que a pobreza não é um problema residual que pode ser extinto, mas, é, por outro lado, parte integral do sistema, existindo em toda a estrutura socioeconômica. Mesmo reconhecendo os eventuais benefícios da redistribuição, mostra que tal gasto não produz diretamente prejuízos ao sistema, posto que, é um investimento para manter a ordem de produção e de consumo sob qualquer circunstância. Tendo isso em vista, a cultura, a política e todas as categorias sociais são vistas como novas *forças produtivas*.

Voltando à ideia de construção de uma ambiência voltada à profusão do consumo, Baudrillard põe-se a discutir sobre as novas formas da noção de espaço. Interessa mostrar que

o habitat é assunto importante na sociedade de consumo, e que o deslocamento de espaços é decisivo: segregação geográfica (favelas longe dos centros etc), mostra que o espaço traz uma noção diferente, relativa, pois ao mesmo tempo em que é homogênea para uns, é discriminadora para outros. Tendo toda a problemática da ordem social vigente em perspectiva, o autor afirma que o direito à propriedade é, como todos os direitos postulados na fruição das revoluções burguesas, respaldado numa mistificação, uma vez que existe propriedade para uns e não para outros. Quando menciona o exemplo surreal do que seria o “direito ao ar puro”, mostra claramente que transformar algo que naturalmente já existe em direito é o mesmo que desnaturaliza-lo, passando agora a ser uma mercadoria e tendo uma redistribuição social desigual; o mesmo ocorre com a propriedade e com as noções de igualdade e desigualdade. Mostra aqui um traço básico do capitalismo: a passagem de bens naturais à bens de consumo, a necessidade de transformar o que é o direito natural do homem à um direito adquirido em meio a concessões previamente julgadas, há uma desnaturalização do real e natural, e uma naturalização de um ideário místico e falso.

Jean Baudrillard cultua o costume de fazer uma referência à salvação referente à religiosidade e ao estatuto milagroso da mercadoria: o objeto é adorado e obedecido como uma figura religiosa, assim, admite que existe no imaginário coletivo a ideia de que as classes superiores têm um privilégio da salvação, essa trazida pelo poder de obter valor de uso. Produtos antigos, caros e luxuosos são concebidos enquanto raridade pois representam uma hereditariedade do consumo e uma legitimidade que orienta a mobilidade social. Todavia, ao explorar a ideia de sacralização da mercadoria, Baudrillard faz uma conclusão de extrema importância: a teoria de consumo não é o milagre da mercadoria, nem a mística da abundância, nem a lógica da satisfação: a lógica social central do consumo é a lógica da produção e da manipulação dos significantes sociais. Faz uma crítica aos economistas que veem o consumidor apenas como um intermediário ordinário do processo de progresso homogêneo, e reitera que o consumidor faz parte de um campo estrutural em que os bens e as próprias necessidades são moldadas por uma força maior, o marketing, a cultura de massa e qualquer outro mecanismo criado e disseminado através de uma terminante ideologia moderna expressa nos *mass media*; observa que a diferenciação ideológica é tanta que institui a sensação de que as classes médias e baixas vivem em um tempo diferente das classes altas, isso mostra outra forma de segregação da sociedade “democrática”.

Instigando a reflexão acerca da contraditoriedade embutida entre as necessidades dos homens e a superprodução, o autor indaga o porquê o sistema fomenta a necessidade do homem, se sabe que a lógica sistemática produzirá constantemente a pauperização latente, no

entanto, o próprio questionamento põe em evidência que a causa dos problemas sociais se dão através dessa diferenciação entre o aumento da produtividade e o aumento da procura, desvelando a lógica do da ordem societal vigente em manter o sistema funcionando através da disfunção econômica e social. Ao explorar a contradição posta entre o culto à abundância e a produção de pobreza, Baudrillard afirma que a ordem estabelece em si mesma uma espécie de “equilíbrio neurótico” (pág. 65). A sociedade de abundância se respalda somente no místico e no ideal, mas, olhando pela ótica mais crítica, na sociedade de consumo apenas há o objetivo de atingir o consumo, não se importando com as vontades e fantasias do indivíduo, valoriza-se as vontades mais “racionais” cultura, lazer se transforma em mercadoria. Assim, conclui-se que a contradição lógica entre a homogeneização baseada na diferenciação de classes e a ideologia de crescimento corresponde à uma lógica baseada na “diferenciação estrutural”, totalmente contraditória, mas que exprime a base para a estratégia global da ordem de consumo contemporânea.

1.2.1 - O “Homo oeconomicus” condicionado a liberdade

Aqui Baudrillard faz uma analogia sarcástica entre a teoria da evolução e a análise sobre o homem contemporâneo, a categórica imposição, não da natureza, mas no sistema econômico que se criou, localizando esse período na histórica como a Idade do Ouro, compreendendo o “Homo oeconomicus” como uma convergência da natureza humana com os direitos dos homens. Desse modo, para caracterizar tal sujeito, há duas características básicas: ele busca sem qualquer hesitação a própria felicidade, e ele dá preferência aos objetos que possam trazer o máximo de satisfação possível. Descartando a arguição sobre a origem da vontade de consumir, o autor considera somente a análise pautada na observação empírica: o comportamento do consumidor é um fenômeno social, ao analisar o comportamento de grupos de classe média durante o “*American way of life*”, demonstra que o consumo norte-americano deu vazão à um sentimento de pertencimento em comunidade, impulsionado pela publicidade e as grandes mídias.

A observação voltada aos mecanismos de controle e regulação ideológica que residem na ordem contemporânea permite a aproximação de temas discutidos no campo de conhecimento da psico-sociologia. O entendimento de que existe uma “necessidade de consumo” já demonstra a inclinação ideológica a favor da naturalização de uma necessidade psicológica em consumir, na qual, sumariamente atravessa o molde de manipulações imagéticas e visuais da publicidade, objetivando orientar a necessidade do sujeito,

obedecendo à lógica da necessidade de lucro de uma empresa. Dessa forma, a liberdade que existe enquanto conceito de condição individual é, na ordem societal contemporânea, constituição do próprio sistema industrial, o que serve para justificar a arbitrariedade das mazelas sociais acarretadas pelo consumo, como se fossem escolhas livres da população, no entanto, nas palavras de Baudrillard: “de fato, o consumidor é soberano em plena selva de fealdade em cujo seio lhe *impôs a liberdade de escolha*” (pág. 72).

Quanto às satisfações autênticas, é possível aferir que, para o sujeito embutido em tal lógica mercantil, a televisão e a máquina de lavar realmente possam representar sua liberdade. Quanto ao princípio econômico, Baudrillard refuta a ideia de que o sistema econômico é apenas uma estratégia que visa vencer as tendências naturais do homem para lhe impor limites, dado o impasse: se é puramente isso, por que os consumidores mordem o anzol e são vítimas passivas nesse sistema? Baudrillard critica essa argumentação moralizante de que a sociedade é constituída de tendências naturais harmoniosas corrompidas pelo sistema, e completa que não existe tendência natural nem para a indolência nem para o *forcing*, o que existe é um sistema de castas e toda uma sociologia da diferenciação de grupos que organizam e manipulam as necessidades sociais, assim, não se pode analisar a relação do indivíduo empiricamente ao objeto, ao contrário, deve-se entender que existe um *sistema de necessidades condicionadas* que são elementos do sistema de signos, e, não necessariamente dependem do indivíduo para serem consumidas. Da mesma forma que o operário em um processo de alienação, não controla os destinos de sua produção, na ordem do consumo, há claramente a evidência de um processo estrutural que cria necessidades, elevando a relação do consumo além da simples vontade de consumir, mas relacionando-a a lógica estrutural mercantil impositiva:

As necessidades não passam da forma mais avançada da sistematização racional das forças produtivas ao nível individual, em que o consumo constitui a sequência lógica e necessária de produção (BAUDRILLARD, 1970. pag. 75)

O consumo cultural, imagético, virtual, e material tanto corresponde à um sistema de necessidades previamente voltado ao sistema industrial, que demonstra o porquê, mesmo com o aumento do hedonismo contemporâneo, o puritanismo ainda é a moral dominante, uma vez que a repressão assedia o consumo e as necessidades, induzindo a ideologia puritana a ser revivida pelo processo de consumo. Ora, não é de se espantar que o puritanismo e sua ética são morais dominantes da era industrial, uma vez que o sistema é necessariamente

contraditório, é evidente que o universo privado e individual (sentimentos, necessidades etc) enquanto pilar da força produtiva, só pode vir acompanhada pela extensão do conservadorismo e da repressão, pois isso regula a construção do sistema industrial pautado na *ambivalência de signos*.

1.2.2 - A alienação do prazer e a personalização:

Tendo em vista o entendimento de que o consumo é nada mais do que função integrada ao sistema de produção, é possível aferir que a relação entre o indivíduo consumidor e a mercadoria é submetida aos imperativos da ordem de produção de forma a corresponder à necessidade de diferenciação, e não a de prazer. Uma vez que a mistificação da mercadoria opera, no imaginário coletivo, a ideia de satisfação através do consumo, é imprescindível constatar que o prazer real, diferenciado da lógica mercantil, não existe em tal relação, o que se faz presente é o espelhamento de tal felicidade condicionada ao consumo através da simples satisfação racional e vazia, imputada na abundância de bens. Isto posto, as necessidades individuais reais são silenciadas em um processo psicológico violento, o que, para Baudrillard, explica a alta nas doenças mentais e psicossomáticas na modernidade: depressão, ansiedade etc. O prazer não é visto como sentimento autêntico da realidade humana, mas como dever, como fonte de experimentação para todas as novas formas de consumir, seja através da cultura, da música ou da religião: não existe desejo em consumir, mas há a instigação da curiosidade.

O processo de racionalização das forças produtivas e o desenvolvimento de uma cadeia viciosa de consumo constitui a sociedade capitalista, respaldada no processo lógico de reprodução ampliada da produção. Assim, esse imperativo se impregna na mentalidade coletiva e fomenta, na aparência, uma ideia de que passamos constantemente por uma revolução humana, mas na realidade, constitui-se apenas como uma substituição para uso interno em um processo geral muito maior e um sistema de valores determinados que nunca houve de se revolucionar. O que poderia ser uma revolução humana, na era dos objetos, é apenas algo esvaziado de conteúdo real. Ao esbarrar na análise da classe trabalhadora, Baudrillard vai citar os movimentos de revolta dos trabalhadores em face de toda a exploração. Sabendo que a lógica da ordem mercantil da vida é individualizante, é possível traçar um paralelo entre a problemática de se organizar coletivamente e de, simultaneamente, obedecer às vontades individuais perante o sistema de consumo. A arbitrariedade do objeto isola, dificultando a tarefa de se organizar coletivamente enquanto classe. Existe a

possibilidade de omitir opinião pública contrária ao sistema, todavia, desde que continue a consumir, a classe trabalhadora só é digna no sistema vigente desde que se ponha em completa desorganização.

Em suma, todo o processo de sacralização da mercadoria em detrimento da valorização do gênero humano, em prol da ordem de produção, promove a consumação de um bem que, em primeiro lugar, se põe além da lógica mercantil, mas que se tornou objeto de consumo mais ambicionado de todos: a personalidade. Para Baudrillard, o processo de personalização consiste na consumação de uma personalidade irreal, criada e manipulada através dos imperativos da combinação ambígua dos signos. Na publicidade, é tida enquanto algo a ser alcançado, moldado e comprado; baseando-se na falsa consciência de autenticidade, o discurso do *mass media* impõe que o consumo de um novo shampoo, ou uma tinta de cabelo pode ajudar o sujeito a “se encontrar”.

Existe uma problemática que ronda a noção de encontrar a si mesmo ao consumir algo que não o pertence: o consumidor sofre a ação inevitável da despersonalização de si mesmo em prol de incorporar e hierarquizar o modelo imperativo da moda, do gênero, da linguagem e do modo de ser da propaganda publicitária. Tais significações nunca são pessoais, nesse caso, dependem de uma produção industrial de diferenças, uma vez que a diferenciação é a força motriz do sistema de consumo. O monopólio, ao presumir que todos são iguais perante os objetos em valor de uso, usa-se disto para injetar no imaginário coletivo a necessidade de diferenciação, ora, se a coletividade obedecia à uma única forma de ser, o indivíduo busca a individualização ao diferenciar-se dos demais. “Há concentração monopolista na produção das diferenças” (pág. 89). A personalização tem efeito semelhante à naturalização, pois esta consiste na mistificação do objeto e na incorporação quase que religiosa de sua arbitrariedade. *A perda das diferenças se transforma em culto às diferenças*. Dessa forma, a grande estrutura monopolista está ligada à estrutura individualista do consumo, uma vez que a diferença, quando consumida, acaba por constituir igualmente um dos setores de produção *generalizada*.

1.3 - A humanidade funcional

O simulacro da vida real consiste na repetição sistemática de modelos de consumo antes vividos, fixando-se na caricatura da realidade posta através da mistificação e do feitiço da mercadoria. Neste ponto, Baudrillard assume o papel de crítico do *mass media* e das formas fantasmagóricas de uma realidade criada pelos signos e regulada pelo consumo,

movimento que degrada a história humana, contemplando a evolução do quadro social ao reverso, exaltando a caricatura anacrônica da realidade em detrimento das formas essenciais e verdadeiras da vida humana. Assim, a cultura deteriora-se no processo de reciclagem, juntamente com a moda, os automóveis, os móveis etc. A arte, seja aristocrática ou de cultura de massa, tem data de validade, uma vez que este movimento culmina na substituição viciosa de formas irreais. Tendo isso em vista, a categoria da educação é trazida à luz para a análise da comunicação de massa, uma vez que consiste na criação de um cenário enxuto de conhecimento dado pelo intuito de diminuir o processo crítico de pensamento do sujeito.

A respeito de formas artísticas no seio de uma sociedade de consumo, faz-se necessário o exame do pop-arte: o processo de reciclagem da cultura e da arte culmina logicamente na destituição da autenticidade real de tais categorias, com isso, a democratização da arte pode necessariamente desembocar no sucesso comercial e multiplicador de uma arte que antes era única. Há a necessidade de considerar a cultura como algo universal, mas, simultaneamente, transformá-la numa amálgama de objetos finitos na panóplia do drugstore, junto à máquina de lavar, não em função ou valor de uso, mas em significado. O funcionalismo exacerbado da humanidade encontra na cultura um certo prestígio, que origina a ideia ingênua de que a cultura é universal e não parte de um projeto de hiper funcionalismo. Assim, Baudrillard entende que o movimento contemporâneo de pop-arte transpõe um mundo-objeto, ao mesmo tempo em que, dentro de sua própria lógica, irá desembocar em objetos puros e simples. A lógica da ambiguidade do consumo, por regra, elimina o estatuto tradicional da representação artística, ou seja já não existe privilégio de essência ou de significação na imagem do objeto, não obstante, tais imagens coexistem em um espaço lógico em que funcionam igualmente na qualidade de signos, desse modo, os movimentos de arte contemporânea, concomitantemente em que se constituem enquanto consumo, e, portanto, mercadoria, se tornam formas evidentes de que a imagem do objeto, vista nas pinturas de pop-arte, acentua o fato de que este obedece à lógica comercial de significações.

Ainda na intenção de explanar a funcionalidade da vida humana em razão do processo de consumo, é necessário entender o papel da publicidade e do *mass media* no que diz respeito à veiculação de mensagens publicitárias e na orquestração de uma estratégia voltada a dosagem específica de informações que chegam aos indivíduos. Ao veicular informação ou notícias e, logo em seguida, fazer uma publicidade, é evidenciado que a publicidade foi posta estrategicamente em pano de fundo, como se servisse para tranquilizar e distrair o espectador da notícia, em uma lógica que consiste em centralizar a imagem no significante, em

detrimento do significado. A televisão impõe, dessa forma, uma mensagem discursiva específica e imperativa que reage com o inconsciente do espectador, assim, neutralizando o conteúdo múltiplo e móvel das mensagens, ao criar essa associação, a publicidade impulsiona o consumo. Porém, não corresponde apenas a esta função, visto que existe um objetivo sutil, ao harmonizar juntas as informações e a publicidade, é como se mostrasse que existe uma equivalência da história e do *fait divers*, da informação e da publicidade ao nível do signo. Dessa forma, o próprio meio de comunicação consiste na mensagem que o mesmo veicula, explicitando um tipo de mensagem imperativa: a mensagem de consumo da própria mensagem, ou seja, um consumo do desconhecimento do mundo, da valorização da informação enquanto objeto etc. À grosso modo, a mensagem da tv não é o conteúdo que apresenta, mas os modos de relação e de percepção que ela impõe, as mudanças das estruturas tradicionais em prol do consumo. Em vista disso, "toda a cultura surge tratada industrialmente em produtos finitos e em material de signos esvaziando-se assim todo o valor de acontecimento, cultural ou político" (pág. 130).

À vista de tais mecanismos, a cultura de massa exprime a função lógica da difusão dos objetos, posto que a publicidade, derivada da própria lógica do meio automatizado, é orientada em direção de "signo a signo, de objeto a objeto", numa condição de metalinguagem oriunda do meio técnico e da gama de códigos que a constitui, fazendo com que produza mensagens não a partir do mundo real, mas a partir do próprio meio de comunicação, constitui um fim em si mesmo, um produto de consumo. O *mass media* faz uma espécie de maquiagem nos fatos: através de uma estratégia industrial de produção, os fatos se tornam consumíveis, pois passam por um processo de filtragem e reelaboração, logo, o desvio de sentido (a despolitização da política, a dessexualização do corpo, a desculturalização da cultura), não se constituem somente enquanto o simulacro da repetição e da reinterpretação do conteúdo, ainda assim, mostra uma mudança na forma: em vez de real, substitui-se tudo por algo na qualidade de pseudo-acontecimento, o *neo-real*, inteiramente produzido a partir da combinatória de códigos.

1.3.1 - O corpo

Historicamente, a redefinição da sexualidade e o descobrimento do corpo humano num movimento revolucionário ao fim da era de puritanismo cristão, eclodiu de forma a direcionar ideologicamente a "liberdade" do corpo humano aos moldes da sociedade de consumo. Isto dito, a juventude, a feminilidade, a elegância e a moda se tornam objetos que

orientam a impetuosidade dos mecanismos de consumo ao seu hiper funcionalismo, desse modo, a publicidade volta suas propagandas a convencer o telespectador de que o mesmo possui um corpo, dotado de potencialidades físicas, fisiológicas e sexuais, no entanto, o próprio ato de mostrar através de signos que o corpo humano, enquanto realidade material, existe, no mínimo, concentra certa estranheza. Baudrillard, ao observar tal realidade, põe-se a analisar tal fenômeno à luz do estatuto de cultura e entende que o corpo agora é parte integral do sistema de culturalização, da propriedade privada e das práticas sociais e mentais, não é algo em si mesmo, mas corresponde a um objeto que foi dotado de significações embutidas na lógica do consumo. Dessa maneira, o autor pretende mostrar que as estruturas sociais de produção e consumo induzem o sujeito a essas duas práticas correspondentes ao seu próprio corpo: o corpo humano enquanto capital e como feitiço. Em ambos os casos, o corpo, longe da lógica puritana do sagrado, não é mais negado, é libertado pois é, deliberadamente, *investimento*.

É imprescindível citar a relação adjacente entre o modelo ideológico do puritanismo e a modernidade hedonista. Ambos correspondem a uma lógica punitiva e reguladora, uma vez que, o fundamento do puritanismo consiste na punição caso o sujeito se liberte às tentações da carne, bem como, o sentido principal da modernidade é induzir o sujeito a seguir à risca o imperativo da revista da moda, e do *lifestyle* contemporâneo, senão será certamente punido, não por Deus, mas pelo próprio corpo. A revista *Elle*, evidencia, por meio de seus anúncios, que é essencial que as mulheres descubram seu corpo, a fim de poli-lo externamente, nunca para o conhecer em profundidade, mas para transformá-lo agora em objeto funcional. Dessa forma, o corpo ao se libertar e se tornar objeto, monopoliza suas potencialidades: a sexualidade e o afeto, transformando-se em alvo da intenção narcisista, no entanto, não assume valor próprio, uma vez que este está em categoria de produto. Ao ser alvo principal da lógica capitalista, se se investe no corpo humano, é para que ele frutifique e gere ainda mais lucro, assim, o corpo não se reapropria agora como finalidade autônoma do sujeito, mas se reapropria seguindo uma regra normativa da coação, do prazer e da satisfação hedonista, de produção e de consumo dirigido.

A sexualidade e a beleza seguem caminhos análogos no que diz respeito à funcionalidade do corpo, este deixa de ser sagrado enquanto residência da alma, mas se sacraliza na sociedade de consumo como valor de corpo funcional, ou seja, consiste em objeto de culto narcisista, conduzido pela beleza e pelo erotismo. A estratégia moderna do erotismo constitui uma rede de signos homogêneos com base na abstração, permutando as respectivas significações, ou seja, constituem-se como valor de troca. Se a redescoberta do

corpo é sempre a redescoberta do corpo/objeto, é possível perceber a facilidade da transição da apropriação de bens e de objetos na compra. Além disso, é de conhecimento geral de que a lógica do erotismo mergulha no envolvimento de produtos, *gadgets*, tais como a venda de maquiagens, perfumes, vestidos etc. Tal fenômeno explica o porquê existe uma equivalência teórica entre o corpo e o objeto, pois estes correspondem à uma espécie de equivalência mágica, o mito que envolve a compra de um sentido material do corpo, destarte, é todo o sentido econômico e ideológico que permeia a problemática do corpo: ele ajuda a vender. O mais importante dessa lógica é que importa-se que o indivíduo se tome a si mesmo como objeto, como o mais belo de todos, como material de troca, para que ao nível do corpo desconstruído, da sexualidade desconstruída, venha a instituir um processo de rentabilidade econômica.

É necessário entender a problemática que ronda a resignificação social do corpo feminino, no intuito de contribuir à análise do corpo enquanto objeto funcional no âmbito da racionalidade do consumo. Historicamente, o recalçamento do corpo e a exploração da mulher fazem parte da comunicação inevitável de equivalentes signos, com a pretensão de significar uma definição sexual à categoria feminina enquanto socialmente explorada. É interessante a análise da sexualidade feminina recalcada, uma vez que a mesma é forçosamente constituída no alicerce da sujeição a esta mesma cultura. Assim, se a mulher é historicamente ser de servidão, a emancipação de seu corpo e a liberação de sua sexualidade é imbricada nesta confusão ideológica, assim, o que exprime a categoria definidora da sexualidade feminina reside em um sistema de valores objetivos. Valores estes, que, obedecendo inextricavelmente à razão dos signos e da mistificação do corpo, vão orientar condutas de consumo e, por isso, o corpo da mulher é indexado categoricamente no que Baudrillard vai nomear de “o mito da emancipação” (pág. 146). A liberação do corpo feminino, ao se respaldar no advento ideológico da sociedade de consumo, é expressivamente orientada a um novo mito de servidão guiada, não mais pelo imperativo autoritário da religião, mas o imperativo cruel da sacralização do objeto.

1.3.2 - A perda do tempo e o mito do lazer

O tempo, constitui, a priori, uma categoria inalienável, similar à água, ao oxigênio e à natureza, todavia, a relação nefasta entre o tempo de produção e o tempo de lazer exprime a realidade de que o mesmo constitui-se na contemporaneidade como o bem privado mais cobiçado da humanidade. É necessário acatar a análise de que, o fato de existir um conceito

de tempo “livre” emite o pensamento de que existe um tempo “não-livre”: o tempo de trabalho, desse modo, Baudrillard disserta acerca da relação entre o trabalhador alienado à produção e sua busca incessante para ganhar o tempo. Nesse sentido, o lazer tem papel importante no consumo do tempo livre, porque se constitui como tempo de reconstituição da força de trabalho, constituindo-se em atividade lúdica acumulada, traduzindo-se em descanso e evasão, que, portanto, não diz respeito somente à alienação e subordinação ao tempo de produção, pelo contrário, o lazer encontra-se ligado à própria *impossibilidade* de perder tempo. Dessa forma, o lazer é categoria pautada na necessidade de viver, forçada através da necessidade de consumo, logo, no atual julgamento da sociedade, é possível ganhar tempo mesmo que este seja ocioso, em um ciclo inquebrável, evidenciando que a alienação da produção cria um paradoxo entre “ganhar” pouco tempo e perdê-lo ao passo em que não se vive. “Vivemos numa época em que os homens jamais conseguirão perder tempo suficiente para conjurar a fatalidade de passarem a vida a ganhá-lo” (pág. 164). Portanto, não há mais espaço para considerar que realmente existe um tempo “livre”, sob a racionalidade no mito da liberdade no lazer, o tempo consumido é somente o de trabalho, há apenas o tempo *constrangido*. O lazer, travestido de gratuidade e diversão, não passa de uma reprodução forçada, sob a necessidade de satisfação e de exibicionismo para a reprodução fiel do mal-estar que perpetua-se enquanto algoritmo calculado na mentalidade humana, e de uma cotidianidade alienada.

Dessa forma, o lazer é tido como ideologia do trabalho alienado e se apresenta, relacionado à ambivalência essencial da divisão social do trabalho, em forma de evasão e de irresponsabilidade. A necessidade de viajar, ver o mar, brincar na areia é parte da direta dicotomia entre diversão e trabalho, essa necessidade neurótica e aguda é exclusiva do trabalhador, evidenciando a coação à uma obediência total à moral coletiva que maximiza o lazer ao código de distinção (diferenciação) e da ociosidade, espelhada pelo comportamento das classes abastadas. Sabendo que o tempo de trabalho é objeto de consumo, e, na medida em que se prefere o tempo “livre” pois há uma procura por satisfação, o acréscimo de trabalho é visto como prestígio social, assim, esbarramos no conceito de que, o próprio trabalho constitui-se enquanto objeto de consumo, dado a lógica ambivalente entre a ociosidade da diversão e a produção social do trabalho.

Em suma, se a lógica da sociedade de consumo impõe a razão de que o trabalho seja “libertado” como força de trabalho para assumir um valor de permuta econômica (valor de troca), equitativamente, impõe que o consumidor seja “livre” para escolher e estabelecer preferências em seu consumo, também requer que o tempo seja “libertado” da condição

inalienável e simbólica, para se tornar, não só mercadoria, mas um signo e material de signos, rescindido um valor lúdico de permuta social imbricada na lógica do sistema vigente. Reiterando, o tempo é um ritmo de permuta, logo, não existe na realidade a disponibilidade de tempo, ou a perda do mesmo, existe apenas o gasto de tempo pautado no lazer enquanto constrangimento da diferença em relação ao trabalho. Nenhuma das categorias trabalhadas nesse ponto são livres de verdade.

O tempo seccionável, abstrato e cronometrado torna-se assim homogêneo do sistema de valor de troca, no qual se integra como qualquer outro objeto. Transformado em objeto de cálculo temporal, pode e deve mudar-se por qualquer outra mercadoria (sobretudo o dinheiro) (BAUDRILLARD, 1970, pag. 162)

1.3.3 - O mito da solicitude e a anomia da violência

Todo produto contém em si a qualidade objetiva e racionalizada da estrutura social vigente enquanto necessário para a reprodução ampliada das abstrações e significantes que o cercam, por outro lado, constitui também um serviço. É nesse sentido que Baudrillard desenvolve o conceito da solicitude enquanto gratificação de serviço prestado e recebido, bem como, enquanto mistificação que guia e acelera o processo de consumo. Jazidos sob esse mito, os poderes públicos e os órgãos do Estado que se responsabilizam pela efetivação de políticas públicas, se apoiam no sentido de “caridade” atribuído ao serviço prestado. Tais instituições estatais são levadas a corrigirem os excessos dos monopólios para encher os fundos de prestações sociais para garantir a satisfação temporária das classes mais desafortunadas, visto que, se o objetivo fosse realmente tirá-los da miséria, o serviço de prestação não existiram em primeiro lugar, logo, o que o autor procura expressar, é que a solicitude e o serviço vem do Estado para o povo, como forma de fomentar este falso sinal de gratificação. Os assistentes sociais, como trabalhadores encarregados de materializar das políticas públicas do estado, são, nas palavras de Baudrillard, “apóstolos funcionais” (pág. 171), juntamente ao publicitário e ao especialista em relações públicas, pois carregam a missão de gratificação, para suavizar as relações sociais por meio do chamado “sorriso Institucional”. As migalhas do Estado como forma de serviço em busca da gratitude, em prol de um objetivo maior: fazer a pessoa em situação de vulnerabilidade social se conformar com a ordem monopólica violenta estabelecida como advento do capitalismo, assim, o autor faz

uma dura crítica ao Estado e aos seus representantes, afirmando que suscitam intimidade com os mais pobres, através de sorrisos e falso companheirismo.

Por meio de uma lógica extra-mercantil, e, sob o véu da igualdade e liberdade, o Estado, na realidade, imputa uma falsa sensação de redistribuição, correspondendo ao seu papel de manter a ordem dos monopólios. Tendo isso em vista, é possível perceber que o sistema econômico tem uma ideologia pautada na indução do mito de uma ordem social inteiramente voltada ao mito do bem-estar social. Tendo em vista que a mercadoria atravessa um conjunto de símbolos, significações e induz diversos processos culturais, institucionais etc, pode-se aferir que, ao corresponder ao núcleo principal da permuta de serviços, nada nessa sociedade seria gratuito. Logo:

Tudo se compra, tudo se vende, mas a sociedade mercantil não pode reconhecê-lo nem de princípio, nem de direito. Daí a importância capital do modo “social” da redistribuição, que induz na mentalidade coletiva o mito de uma ordem social inteiramente voltada ao “serviço” e ao bem-estar dos indivíduos (BAUDRILLARD, 1970, pag. 170)

Historicamente, a fragilidade evidente do sistema de solicitude apresenta relação direta ao colapso brutal do molde do sistema feudal, em que o servo outrora era culturalmente induzido a amar e servir o senhor. Nessa sociedade atual baseada em permuta, antagonismos de classes e exploração, no entanto, segue um modelo “democrático”, em que a única saída para a contribuição das partes é seguir um jogo social generalizado, onde reside a solicitude. Desse modo, o motivo de uma viciosa ambiência (citada desde o início) sempre em corda bamba, sendo que reside num falso sentimento de bem estar social, pautada num sistema de troca de serviços, em que pessoas reais consistem, agora, na realização fantástica da funcionalidade de permutas.

Tendo isso em vista, o sistema de solicitude assenta-se na contradição social, uma vez que a ordem mercantil produz miséria, afastamento humano, e que, acima de tudo, não é capaz de omitir o significado miraculoso atribuído ao valor de troca na cotidianidade, uma vez que, antes de estabelecer um sistema de solicitude, a sociedade é claramente respaldada em uma sociabilidade do sistema de produção material, e esse funcionamento reproduz, por conseguinte, as relações sociais, que todos esses mecanismos citados antes se esforçam para mascarar. Moldado para a produção de sinceridade, solicitude e gratificação, o sistema

produz, na realidade, afastamento, falsa abstração, não-comunicação, opacidade e atrocidade. Toda relação humana funcionalizada através desse mecanismo vai apresentar tal contradição, a ambiência e o calor humano nada tem de humano e espontâneo, são criados com o intuito de guiar o triunfo de uma agenda arbitrária de produção industrial. Na congruência desses fundamentos, a sociedade de consumo nega o princípio humano do caráter, do valor próprio, objetivando seguir um princípio de reciclagem e indexação de códigos mutáveis que seguem uma ordem sistemática de personalização que atravessam cada indivíduo em sua relação consigo e com os demais. Como se fizesse parte de um gráfico sociométrico, que delinea sua configuração na ordem societária, salientando que o sujeito se encontra na interseção dos outros, ou seja, se modula através de inter-relações fluidas, e determinadas externamente a si. Portanto, nessa sociedade, não existe indivíduo individualizado em sua liberdade, mas existe uma ambiência calculada em que esses termos como “liberdade” só assumem sentido para fomentar o metabolismo social da ordem vigente. Nessa relação, o indivíduo torna-se unidade, cálculo, mediado por uma moralidade que segue a mobilidade do grande quadro social.

Seguindo essa lógica, Baudrillard se dispõe a discorrer acerca do fenômeno anômico da violência e das formas ambíguas que rondam o espectro da mentalidade coletiva relativo à abundância. Debruçando sobre o conceito de anomalia social desenvolvido por Durkheim, é possível entender a violência enquanto fenômeno social voltado à sua relação inquebrável com a sociedade de abundância. Historicamente, os estudiosos do assunto e pesquisadores do âmbito da psicologia, relacionam tal realidade à anomalia da mente humana, dissuadindo o aspecto social e estrutural de tal recorrência.

Jean Baudrillard, dessa forma, procura fazer um paralelo entre a intercorrência da violência e da ordem societária de produção e de consumo, assim, restringe-se a analisar a violência real, não o mito alusivo imbricado na lógica do espelhamento das objetivações mistificadas, típicas da sociabilidade contemporânea. A violência é tida como irracional, sem objeto e sem fim, uma vez que vivemos sob o manto da ilusão de moralidade pacífica, o advento da violência aparece como algo incompreensível. Nesse sentido, é a decorrência de tal fenômeno que possibilita um exame minucioso sobre a abundância: uma vez que a violência está diretamente relacionada com o sistema de profusão na sociedade de consumo, ressaltando um real desequilíbrio. A dificuldade de expressar a real humanidade na sociedade de consumo já demonstra que não há naturalidade na lógica social do bem-estar; esta é ambígua pelo fato de ser vivida como milagre, e é suportada enquanto processo de metabolismo forçado. Esse cenário, na visão de Baudrillard, deveria nos levar a contestar essa

ordem e perceber que não se trata em nada com a real liberdade. Ora, é imprescindível a análise do fato de que a violência, muitas vezes surge como a recusa direcionada da sociedade de consumo (revoltas dos trabalhadores, etc). Para impedir que esta violência potencializada pela angústia devido à ruptura da lógica ambivalente e pela perda da função simbólica, a sociedade tem duas estratégias que consistem em: dissolver a angústia social por meio de mecanismos da solícitude dos serviços, bem como, tratando a própria angústia enquanto mercadoria, transformando a violência e culpabilidade em mitos na razão dos signos, no intuito de mesclar tais noções ao consumo. É importante se atentar que sempre existirá formas de tratar a violência com mediações conhecidas, tentar enquadrá-la em interpretações psicológicas e históricas, todavia, a realidade atravessa o entendimento de que essa violência não tem nada de ritualístico ou cultural, é um ato natural de particularidade humana, em reação a uma sociedade mistificada que se estabelece em sua volta. Se a abundância fosse natural e ritualística como é interpretada, a violência seria impossível, logo, o crescimento da abundância é necessariamente o crescimento do constrangimento e da angústia, dessa forma, a real violência nada tem de incompreensível, ela compreende-se perfeitamente e impõe-se enquanto estritamente pertencente à lógica da estrutura de profusão e de abundância no quadro social vigente.

Em contrapartida, é necessário reconhecer a existência de uma subcultura de “não-violência”, pautada nos movimentos hippies de contracultura, majoritariamente disseminados na década de 1960 nos Estados Unidos. Valendo-se da recusa da violência, do *forcing*, da liturgia e da abundância, bem como, tendo como base o psicodelismo, revelam que a passividade vem em contrapartida da violência. Baudrillard indaga se os hippies realmente constituem uma comunidade verdadeira alternativa para os processos de consumo, ou seja, se existe a possibilidade de um grupo posicionado ideologicamente ao antagonismo das relações sociais dominantes conseguir se organizar e construir uma anti-sociedade capaz de tensionar a ordem social. Através do exame real da atuação de grupos ideologicamente contrários ao sistema vigente, o autor chama a atenção para uma importante colocação: “é preciso não tomar por subversão de uma ordem o que se limita a ser simples metamorfose” (pág. 191). Analisando o estilo de vida pregado pelos hippies, Baudrillard, com argumentação crítica, enxerga que por trás de toda a aparente “revolta” contra o sistema, é possível ver todos os traços dessa mesma sociedade da abundância. Com isso, é decerto aferir que a sociedade atual vive da cultura e da contracultura como forma de metabolismo social; através da solícitude e do mito da tolerância, grupos distintos vivem pacificamente entre si, a contradição se resolve facilmente com a coexistência funcional entre ideologias diversas.

Vide citação: “Hoje em dia, o simples fato de dar exemplo de não-conformismo, a simples recusa de dobrar o joelho diante dos costume, é já em si, um serviço”.

1.4 - Conclusão: A alienação

Em suma, a conglomeração rica dos conteúdos e conceitos trabalhados por toda a obra (a teoria do consumo, do *mass media*, da funcionalidade humana etc) reside no reconhecimento do ponto nuclear e fundante do espelhamento mistificado na sociedade de consumo: a alienação. Dessa forma, é de extrema importância citar a análise acerca do filme mudo, lançado no ano de 1913, intitulado "O Estudante de Praga" dirigido pelo dinamarquês Stellan Rye, e co-dirigido por Paul Wegener. No filme, o protagonista é um estudante que não tem poder aquisitivo, e, ao encontrar o Diabo (homem que literalmente controla e domina a alta sociedade), aceita fazer um pacto, que consiste na venda de sua imagem no espelho em troca de riqueza. Desse modo, o estudante se torna rico, e permanece desviando dos espelhos pois sua imagem, vendida ao Diabo, foi capturada como objeto, embrulhada e desprendida da realidade; contudo, convenientemente, o estudante encontra sua própria imagem em carne e osso, frequentando os mesmos lugares que si próprio, perseguindo-o, e usurpando-lhe seu lugar em eventuais situações. A vida social do estudante torna-se um fardo, sendo que o mesmo não consegue se expor em situações sociais por temer a possível infortuna da descoberta de seu duplo. No fim, ele decide que a única forma de viver em paz seria matando o seu clone. Em cena final, as duas personalidades se enfrentam, e em um momento de luta, o seu duplo volta pelo espelho que outrora era seu lugar, e o estudante, cego de fúria, quebra o espelho e este se parte em dois. Simultaneamente, porém, é o estudante quem morre. Decerto, se se extermina a própria imagem, esta que tomou lugar vivo e real no mundo, mata-se a si mesmo. Na cena final, morrendo, o estudante olha seu reflexo em uma das partes do objeto estilhaçado, e nota que consegue se enxergar novamente através do espelho; voltara ao normal, não obstante, para isso, o estudante teve de ceifar a própria vida.

Em vista disso, Baudrillard analisa o sentido da imagem do sujeito, imbricada na logicidade danosa das representações simbólicas na ordem societária vigente, relacionando o aspecto imagético ao sentido das ações humanas, que constituem a sociabilidade de um mundo à nossa imagem. A relação entre o indivíduo e a sua imagem no espelho exterioriza o vínculo entre o mundo externo, e o sujeito particular. Simbolicamente, se esta imagem nos falta, significando que não temos ação no mundo, ficamos sem perspectiva e sem

correspondência com o mundo exterior. Dessa forma, o sujeito deixa de viver a identidade real de si mesmo, tornando-se outro em relação a si próprio: está alienado. O filme mostra, entretanto, que a imagem do estudante não se perdeu totalmente, residia ainda no espelho durante sua morte, demonstrando o sentido *real* da alienação concreta: a partir do momento que o Diabo tem posse sobre imagem no espelho e a carrega consigo como uma mercadoria adquirida, esse cenário constitui sumariamente a figuração imagética do processo real de feitiço da mercadoria, logo, a partir do momento que o indivíduo exterioriza suas ações, e se encontra em justaposição com a externalização da produção material, o trabalho e os atos caem fora de si, objetivam-se e assombram-lhe.

Em seguimento, Baudrillard propõe a discussão da obra “A história Maravilhosa de Peter Schlemihl” de Adelbert von Chamisso. Semelhante ao filme anteriormente citado, o personagem Peter Schlemihl, também em busca de fortuna, vende sua sombra ao diabo, entretanto, sua infelicidade toma conta quando percebe que uma pessoa sem sombra não se encaixa na sociedade; sendo sombra, ou imagem no espelho, os dois filmes fazem uma referência à transparência de nossa relação à nós mesmos e ao mundo, que se encontra desconexa, desconfigurada e partida, logo, a vida perde sentido. É imprescindível citar o fato de que, entre essas duas obras, existe a congruência em ter o ouro como centro da alienação; em ambas as obras, *é pelo valor de troca que se perde a essência*. Contudo, os dois filmes, se diferem no que diz respeito às consequências da perda de essência, assim, na história de Peter Schlemihl, mesmo sofrendo a eterna solidão de um homem sem sombra, o protagonista permanece o mesmo, somente sua existência em sociedade que lhe é extraviada, e, em um final parcialmente feliz, o diabo tenta uma segunda negociação: devolve-lhe a sombra em troca da alma, todavia, Schlemihl recusa. Perdeu-se a sombra, mas não perdeu sua alma. Já no filme “O Estudante de Praga”, o personagem principal é perseguido por sua imagem até a morte.

Aqui, a verdade é ácida e direta: a parte que se aliena e se externaliza da humanidade não é indexada em um mundo exterior, não desaparece da realidade. Tudo o que se perde permanece intacto na esfera privada. Destarte, a alienação é ainda mais intensa: a parte alienada que se perde, se torna objeto (seja o trabalho, alma ou a sombra), não nos escapa, vinga-se e assedia-nos. Aqui Baudrillard vai, brilhantemente, afirmar que a parte de nós que é atravessada pela lógica alienante e objetificada, bem como, que corresponde ao motivo latente do assédio da mercadoria contra a humanidade é a força de trabalho, que, depois de vendida na lógica do feitiço da mercadoria, é funcionalmente encarregada de deturpar o próprio sentido do trabalho, transformando-se em objeto materializado. Esse é o processo

figurado em "O estudante de Praga" com o aparecimento repentino da imagem clonada para importunar o protagonista, bem como, tal processo é também simbolizado pela morte do estudante, evidenciando a angústia sem fim que a imagem externalizada impõe ao sujeito.

É importante reiterar que, em um contexto de alienação, são as forças vivas objetivadas do ser que o assombram e o levam à própria morte. Ao analisar as duas obras, entende-se que o criador da história de Peter Schmidt acredita que o processo de alienação origina um conflito na aparência social, possível de ser superado abstratamente e mantendo sua alma. Em "O Estudante de Praga", desenvolve-se a lógica objetiva da alienação de forma mais rigorosa, mostrando que, na realidade, não há outra saída.

Qualquer solução ideal de ultrapassamento da alienação vem cortada de raiz. A alienação não pode ser ultrapassada: constitui a *própria estrutura do mercado com o Diabo*. Revela-se como a autêntica estrutura da sociedade mercantil (BAUDRILLARD, 1970, pag. 204)

O cálculo de signos e a combinatória asfíxiante que constituem a mediação da ambiguidade fatal entre o indivíduo e os mecanismos da sociedade de consumo, exprimem a realidade inevitável de que, no processo generalizado do consumo, não há alma, nem essência e nem sombra, há somente a abolição do ser individual em prol do sistema de produção. Tal sociedade exclui a si própria em um violento processo de redenção, mantendo-se sob o imperativo da recepção de signos e do simulacro do consumo. Nas palavras de Jean Baudrillard:

É legítimo, portanto, afirmar que a era do consumo, em virtude de construir o remate histórico de todo o processo de produtividade acelerada sob o signo do capital, surge igualmente como a era da alienação radical. Generalizou-se a lógica da mercadoria, que regula hoje, não só os processos de trabalho e os produtos materiais, mas a cultura inteira, a sexualidade, as relações humanas e os próprios fantasmas e pulsões individuais. (BAUDRILLARD, 1970, pag. 205)

Em suma, a analogia com a figura maléfica do Diabo, nada mais é do que a releitura direta do fenômeno da abundância. O pacto com o Diabo exprime unicamente o contrato de abundância que assola e aprisiona a humanidade. Jean Baudrillard afirma que, tal como o

processo diabólico que acompanha a figura do Diabo é exatamente o fato de ele não existir e ser uma abstração fantástica de uma figura mística; a abundância, bem como, não existe, é suficiente que se sugira tal existência para que se transforme em um mito. Tendo isso em vista, o próprio consumo constitui um mito, expressando-se fundamentalmente nessa lógica, é fácil perceber que existe uma moral da modernidade que se respalda na ideia de que o consumo é pleno e sagrado, revelando uma mentira que a própria sociedade conta acerca de si mesma em um ciclo vicioso. Dessa maneira, a abundância e o consumo da imagem consumida do próprio consumo enquanto mito, constrói uniformemente, toda a teia de mistificações que engloba a vida humana. O consumo enquanto mito, depende da consciência coletiva voltada ao simulacro da mercadoria, visto que, são nessas bases que a sociedade vigente se sustenta. Exemplo disso, são as propagandas que induzem o sujeito à converter a si mesmo em prol de uma imagem que não é sua. A publicidade não dá vazão a um distanciamento ontológico entre o indivíduo e o produto, entre a pessoa e a coisa, de forma que o homem pode ler na propaganda o que ele é, e o que ele deseja, como escolha que não é sua, mas passa a ser, uma vez que a sociedade de consumo fala e pensa na linguagem do consumo. É a vida humana fadada a se espelhar em mitos.

A sociedade de consumo, ao viver da permuta e da ambiguidade para ter sentido fantástico, apresenta a ambiguidade do discurso. Existe no imaginário coletivo uma declaração voltada à crítica ao consumo e a abundância, e que prevê os malefícios que pode causar à humanidade. Esse contradiscurso da ordem vigente é fruto da paródia que a publicidade faz consigo mesma, integrando uma contra-publicidade enquanto estratégia de persuasão: na lógica mercantil, ao constituir a antítese, e a contra-argumentação, dá-se o nascimento do mito. É através da ambiguidade que o mito é concebido, uma vez que é somente o conjunto de duas vertentes opostas que transformam o objeto em mística fascinante, crítico e profético. Baudrillard argumenta que a crítica ao mito se mostra tão constituinte do mesmo em prol da sociedade de consumo, quanto o argumento a favor, isso porque, se a crítica ao mito fosse realmente subversiva, ela não se integraria tão bem na mística do objeto de forma tão perversa.

Assim como na sociedade da Idade Média se equilibrava em Deus e no Diabo, assim a nossa se baseia no consumo e na sua denúncia. Em torno do Diabo era ainda possível organizar heresias e seitas de magia negra. A nossa magia, porém, é branca e a heresia é impossível na abundância. É a altura profilática de uma sociedade saturada, de uma

sociedade sem vertigem e sem história, sem outro mito além de si mesma. (BAUDRILLARD, 1970, pag. 210)

No fim, Baudrillard afirma que, mesmo encurralados no discurso profético do objeto, sabemos que o mesmo não corresponde à nada mais do que a inexistência de significado; por detrás do produto há a imensidão vazia das relações humanas, reunidos em prol da produção material da vida perante os moldes industriais. Desse modo, Baudrillard garante que nós atingiremos as “irrupções brutais e as desagregações súbitas” (pág. 210) que, certamente, virão a irromper no grande quadro social que constitui a sociedade moderna.

CAPÍTULO 2. A GENERICIDADE DO SER SOCIAL E A MERCADORIA

Um conjunto amplo e denso de reflexões críticas acerca do valor ontológico e, ao mesmo tempo, enigmático, da mercadoria, é essencial na formação das obras de Karl Marx, nas quais o autor sustenta o desvelar das relações sociais objetivadas e, simultaneamente, abstratas, em uma ordem social contemporânea pautada na expropriação da riqueza, presentes em uma lógica de dominação entre classes.

Karl Marx, filósofo e cientista alemão, grande pensador materialista e principal crítico da economia política do capital, escreve toda a sua obra no século XIX, pensando na produção material da vida em uma Europa dominada pela crescente profusão da mercadoria, impulsionada pela primeira Revolução Industrial (1760-1840), e pelos primeiros anos da segunda Revolução Industrial (1850-1945), tendo como principal foco as relações sociais, humanas, no momento de ascensão da burguesia europeia e de declínio e miséria da classe trabalhadora.

Sendo este o principal autor que será trabalhado no presente Trabalho de Conclusão de Curso, neste capítulo será conduzida a análise e a exposição dos conteúdos presentes nas obras: “Manuscritos Econômicos e filosóficos”, sobretudo o item “Trabalho estranhado e propriedade privada”, e o capítulo essencial para desenvolver a noção crítica do espelhamento humano na produção material, “A mercadoria”, presente na obra “O Capital - Volume I”.

Para impulsionar a discussão acerca da destituição ontológica no período moderno, é necessário o conhecimento de tais obras para a análise substancial das relações sociais no modo de produção vigente. A forma como o autor trabalha as noções do valor ontológico do trabalho e da mercadoria é de extrema importância para desenvolver a categoria do consumo e da alienação através da ótica marxista.

2.1 - A destituição da genericidade humana

Os “Manuscritos econômico-filosóficos” são uma coleção de notas e reflexões teóricas escritas por Karl Marx entre abril e agosto de 1844, publicadas no início da década

de 1930, em Moscou, nos trabalhos editoriais realizados no Instituto Marx-Engels. Nesta obra, o autor exprime uma porção fundamental e preambular da crítica da economia política, bem como, direciona contra-argumentos às teorias dos principais economistas da época, entre eles, Adam Smith e David Ricardo. É nesta obra, que Marx inicia a discussão dos conceitos que, mais tarde serão desdobrados, trabalhados e aprofundados cientificamente em sua principal obra, “O Capital”, inserindo noções iniciais sobre propriedade privada e os elementos ideias e ideológicos que correspondem à formação da realidade social através do imperativo do sistema de troca, na reprodução social da posse privada dos meios de produção e na divisão social do trabalho.

Marx, em uma análise crescentemente consciente dos nexos causais da realidade material e da totalidade da genericidade humana, desenvolve esta obra destrinchando, não só as relações sociais, mas a essência do homem enquanto espécie e enquanto indivíduo, o que, para o autor, remete decisivamente à forma da atividade e suas expressões concretas na história. Sendo assim, no item “Trabalho estranhado e propriedade privada” o autor discorre sobre a alienação do trabalhador, usando noções de totalidade em mediação com a observação da realidade material, analisando o interior da conjuntura do modo de produção capitalista, suas questões voltadas ao estranhamento [*Entfremdung*] intrínseco às relações que envolvem a mercadoria, a troca e suas conseqüências, ao valor e à desvalorização do homem, e a genericidade da espécie humana contida na relação inerente do homem com o trabalho e com a transformação da natureza.

O autor parte da proposta de examinar a realidade material e prática da sociedade burguesa na década dos anos 1840 no século XIX, considerando o trabalhador enquanto ponto central de análise da dinâmica social engendrada na produção e reprodução material da vida. A observação inicial de que o trabalhador se torna tanto mais empobrecido à medida em que a produção de bens em grande escala demonstra a maior opulência de todos os tempos, é o ponto de partida para a investigação ontológica da origem da miséria humana, intelectual e material, relacionando o papel da burguesia e da propriedade privada no exame do panorama social vigente, observando assim, a relação do trabalhador com sua própria produção, em que o empobrecimento dos produtores é inversamente proporcional à potência e à grandeza de sua produção material, o que tem por conseqüência a acumulação de capital nas mãos de uma minoria enxuta.

2.2 - A alienação do trabalho

Karl Marx parte da análise das formulações da economia política clássica, tendo em vista a determinação de leis universais, a propriedade privada, o salário, o trabalho, o capital e a terra. Assim, o autor estabelece, em termos críticos que, dadas as determinações sociais de dominação através da realidade da propriedade privada e do controle dos seus meios de produção, as relações observadas em sua superfície, como os exemplos da dinâmica entre o rentista fundiário e o capitalista (debate majoritariamente travado na sessão anterior a esta, intitulada “A renda da terra”), ou entre “ganho do capital” e “salário”. Tendo em vista que a economia-política clássica parte do fato explícito da existência da propriedade privada, é possível aferir que, para ela, os mecanismos econômicos são elementos que atuam de forma ativa no processo material da propriedade privada, mediado por fórmulas, leis gerais e abstratas. O autor direciona uma crítica ao fato dado de que a economia política e seus representantes, não concebem a *real* origem das leis que direcionam a existência material da propriedade privada, bem como, que dão origem à existência do conceito de salário pautado unicamente no lucro do capital. Ou seja, o processo de abstração da realidade material é a base fundante do pensamento dos representantes teóricos das relações dominantes nesse período, pois que todo o pensamento burguês é fundamentado em uma orientação ideológica pautada na concepção natural do direito à propriedade privada, bem como, noções deturpadas acerca da origem da divisão social do trabalho, do capital, da figura do capitalista, da terra e do rentista, assim como, das relações que rondam todas essas categorias entre si e em razão das outras.

O autor observa que a atenção dos economistas é estritamente voltada à noção de concorrência, num movimento experimental pouco esclarecedor e imaginário, como se, em uma análise da realidade econômica, fosse possível abstrair leis e padrões de repetições presentes na conjuntura vigente, peculiares ao movimento do capital, de forma a afastar a análise de realidade a um lugar pertencente apenas ao pensamento subjetivo e pouco explicativo.

A concorrência, tópico de extrema importância para os economistas, é interpretada como fator externo e causal, enquanto parte natural e necessária de um desenvolvimento econômico. A ignorância dos economistas perante o tema, explica o porquê o fenômeno da

concorrência entre monopólios é concebido como consequência accidental, deliberada, e não enquanto uma consequência inevitável e própria do desenvolvimento do monopólio, isto porque, os economistas, interpretam o movimento do capital, do trabalho e da propriedade privada através de uma ótica deslocada da noção principal que envolve o gênero humano em sua dimensão geral: a relação do trabalhador com a produção.

Assim, Marx se propõe a conceber as categorias principais que percorrem o movimento do modo de produção do capital, tais como a forma da propriedade, a ganância, a divisão social do trabalho, etc, com o intuito de investigar a interconexão entre todas estas esferas da sociabilidade vigente com o sistema monetário.

Nota-se a importância, para Marx, em relacionar a essencialidade dos movimentos observados na realidade material e das relações sociais com os sistemas monetários, partindo de um fato observado de que a valorização exacerbada do mundo da mercadoria determina, quase que como lei natural, a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho, enquanto categoria ontológica, fundante do ser social, no exame da realidade proposto pelo autor, não produz apenas a mercadoria, ou o objeto de uso, mas produz *a si mesmo* na lógica determinada pela sociabilidade do capital, e torna-se, junto com seu produtor, uma mercadoria tal como o produto.

Tendo isso em vista, é possível reconhecer que a observação das relações do trabalhador com seu produto, traçadas no imperativo da lógica burguesa, levam à evidente conclusão de que o objeto produzido é tão mais valorizado que seu produtor, que defronta-se com este último como algo estranho, independente à ele. Assim, o produto estranho do trabalho não é o objeto em si, mas a objetivação do trabalho engendrada na mercadoria. Logo, a objetivação do trabalho nada mais é do que a perda de si mesmo em prol da criação do objeto, perdendo-o (uma vez que é desapossado de sua própria efetivação) e servindo-lhe (levando-se em conta a coisificação do mundo real), adequando a vida humana aos imperativos de um mundo reificado. Esta efetivação do trabalho é, inversamente, a desefetivação do trabalhador; a objetivação se constitui enquanto a perda do objeto, bem como, a apropriação, movimento da razão mercadológica, se configura enquanto a expressão direta da *alienação [Entausserung]* e do *estranhamento [Entfremdung]*. Nas palavras de Marx:

A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação, que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida mas também dos objetos do trabalho (MARX, 1844. pag, 80)

Levando em consideração a eminente miséria da classe trabalhadora em conjunção com a profusão da mercadoria, é de imprescindível importância adentrar no debate acerca do conceito da exteriorização, partindo do ponto de vista que este fenômeno não é apenas o significado da força de trabalho externada para a criação de um objeto, mas a evidência para além da aparência, o indicativo de que o objeto se torna uma existência externa *alienada*, que se torna independente do seu criador, que se torna hostil e *estranha a ele*.

Tendo isso em vista, é necessário entender a raiz genérica e primitiva que compele o entendimento da relação do homem com a natureza, uma vez que, sem o mundo exterior sensível, o trabalho não existiria. Em outras palavras, a atividade produtiva, nas diferentes formas de metabolismo com a natureza, dependem do inerente vínculo ativo que todos os produtores mantêm com o ambiente externo, para garantir sua subsistência. A atividade produtiva, laborativa, mediante a qual se dá a modificação da natureza na peculiaridade do modo de produção capitalista, trata, sobretudo, da perda do mundo físico em um sentido profundo, denotando que, quanto mais o trabalhador se apropria do mundo externo, mais ele se priva da razão vital contida na própria natureza.

Assim, leva-se em conta que o mundo exterior, nas relações da propriedade privada capitalista, incorpora um duplo caráter: a partir do momento em que o homem modifica o ambiente externo para servir a sua produção, a natureza deixa de ser o meio de vida no sentido imediato (de subsistência física do trabalhador), e passa a expressar a perda dos *meios de vida*. Marx desenvolve essa argumentação na medida em que observa que a transformação do mundo sensível em prol da produção, nesta sociabilidade determinada pela dominação entre classes, acarreta necessariamente no uso dos recursos naturais e, ironicamente, na perda dos meios vitais dos trabalhadores, em uma escala inversamente proporcional. Com isso, o trabalhador se torna um servo do seu objeto, uma vez que ele responde à subordinação ao objeto do trabalho, evidenciando o caráter múltiplo essencial de sua existência: é trabalhador e, também, é sujeito físico, naturalmente. Marx aponta que o apogeu desta dinâmica se dá a

partir do momento em que, na ordem da economia política do capital, o trabalhador somente mantém seu corpo físico à medida em que produz, ou seja, não há outra escolha senão o trabalho alienado, estranhado.

Trilhando uma associação aos elementos da economia política e à interconexão do trabalhador com a natureza, Karl Marx afirma que a economia política oculta a categoria do estranhamento, uma vez que esta desconsidera a existência do vínculo intransferível entre o trabalhador e a produção, relação esta que consiste na resposta imediata sobre o que é o trabalho e sua ligação com o produto: ambos advém de um mesmo movimento, pautados na exteriorização e na objetivação como perda de si (produtor) e perda do objeto produzido. A relação do burguês e proprietário com o objeto é consequência desta primeira. Assim, o estranhamento está presente no ato da produção, ou seja, no momento em que o trabalhador se aliena e estranha a si mesmo, evidenciando o processo de externalização consistido em uma relação independente travada entre o trabalhador e seu produto, uma vez que o produtor não se apropria do que produz, tampouco se reconhece na atividade produtiva, processo que instiga a perda da energia física e espiritual.

Levando em consideração que o trabalho é o meio necessário para obter a subsistência e, como parte da dinâmica da produção, o indivíduo é excluído do processo de criação na sua forma ontológica e cumpre a cadeia de produção sem se enxergar enquanto criador de seu produto, não é difícil assumir que o trabalho, na ordem do capital, é coercitivo, obrigatório e representa o auto-sacrifício. Com isso, Marx adiciona a ideia de que, se não existisse a coerção física voltada à subsistência, nenhum trabalhador manteria-se em seu respectivo trabalho, uma vez que as relações laborais estão submetidas a amarras que acarretam a face cruel da miséria material e de espírito.

Em suma, o produto do trabalho, fruto da externalização como transferência e perda de forças e energias vitais do produtor para o produto, ou seja, como alienação, se apresenta para o trabalhador como se fosse de um outro. O ser humano, ao perder suas forças essenciais na atividade de trabalho, sente-se como se não mais pertencesse a si mesmo, mas à um outro, de maneira que, no fazer-se do produto do trabalho, o trabalhador perde o propósito da atividade vital humana, na medida em que o processo produtivo corresponde à uma lógica de mercado que vai além da realização essencial da produção, desembocando na noção abstrata do valor e do lucro.

Assim como na religião, a auto-atividade da fantasia humana do cérebro e do coração humanos, atuam independentemente do indivíduo e sobre ele, isto é, como uma atividade estranha, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é sua auto-atividade. Ela pertence a um outro, é a perda de si mesmo (MARX, 1844, pag. 83)

A destituição das potencialidades essencialmente humanas do trabalhador é notória ao ponto em que, as únicas atividades que lhe conferem prazer e o fazem se estabelecer enquanto ser vivo e ativo no grande organismo social, são as atividades produtivas estritamente materiais, como comer, beber, dormir e procriar, isto se dá pelo fato de que sua humanidade (potencialidades racionais, teleológicas, artísticas) estão gradativamente sendo roubadas, transformando o indivíduo humano numa espécie animalesca de reprodução da vida natural.

Desse modo, faz-se necessário o exame do estranhamento do trabalho em diferentes aspectos: sob o aspecto da relação entre o trabalhador e o objeto, processo estranho, no qual o objeto confere ao seu criador a posição de submissão ao mundo das coisas. E, sob o aspecto da relação do trabalhador com sua própria atividade, o ato de sua produção, isto é, o trabalho que gera frutos que não lhe pertence.

Levando isso em conta, Marx entende que ambos aspectos instigam o entendimento de que o estranhamento causa à vida humana a completa perda de sentido, uma vez que o homem, destituído da potencialidade inerente a si, de criar e produzir livremente enquanto ser racional, é necessariamente guiado a uma vida sem sentido no que diz respeito à genericidade humana. O estranhamento da coisa (objeto) e seu imperativo dominante em um mundo de hipervalorização da mercadoria, evidencia o inevitável caminho do estranhamento de *si mesmo*.

Desse modo, o autor enfatiza as relações que se estabelecem naturalmente, pela determinação histórica do modo de produção capitalista, explorando o vínculo frágil que o indivíduo passa a ter consigo mesmo, e com seus semelhantes. Pensando na universalidade e na liberdade engendradas desde a superação dialética da condição natural do ser humano, é importante sinalizar a relevância em considerar a potencialidade humana enquanto transformadora da natureza inorgânica, a ponto de tal transformação afetar ao próprio produtor. Tendo em vista os apontamentos de György Lukács, em suas obras voltadas ao

entendimento da ontologia do ser social, que, assim como na visão de Marx, possibilita a compreensão de que, diferente dos animais que vivem da universalidade casual da natureza inorgânica (guiados por instintos biologicamente determinados), a espécie humana é concebida através da capacidade do desenvolvimento de uma liberdade intelectual e consciente, de forma a cravar na sua essência a capacidade de organizar-se socialmente e de modificar o ambiente em conformidade com seus predicados teleológicos, em outras palavras, a criação de um mundo inorgânico tornado social, que passa a ser uma extensão de si, ao passo em que representa o afastamento de barreiras naturais.

Tendo em vista que a natureza é a provedora universal da perpetuação da vida humana, Karl Marx considera a importância da natureza enquanto matéria e instrumento principal para a atividade vital humana mais essencial: o trabalho. Assim, é possível observar a interconexão que o ambiente tem com a espécie humana, sendo que esta é parte constituinte da grande complexidade do biosistema natural. Levando isso em conta, à medida em que o trabalho alienado e estranhado extrai do gênero humano sua condição natural de interconexão com os meios e o espaço em que vive, e, por conseguinte, acarreta a destituição de si mesmo e de sua função vital e ativa de trabalho, afasta-o da própria genericidade da espécie. Assim, Marx procura desenvolver a noção de que, assim como a vida humana essencial e individual é alienada e estranhada nos processos da produção mercantil, o aspecto genérico da espécie é, do mesmo modo, estranhado, ao passo em que o homem se afasta de sua categoria ontológica mais básica: o trabalho em sua relação genérica com a natureza humana e o metabolismo social.

Em suma, a própria vida em seu sentido real é abstraída e se torna um *meio de vida*, uma vez que a atividade humana vital é transformada em simples meio de subsistência. Tendo em vista a concepção basilar de que o ser humano enquanto espécie se diferencia ontologicamente do animal perante a universalidade da sua relação com o ambiente e, considerando sua potencialidade inerente em transformá-la em conformidade com princípios e formas teleológicas, faz-se presente no cerne do objeto de trabalho, a própria objetivação da genericidade da espécie humana. Logo, quando o trabalhador é destituído da essencialidade do trabalho, estranhando-o de si mesmo, afasta-se do processo ativo da sua própria natureza genérica, nas palavras do autor:

Precisamente por isso, na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar, efetivamente, como ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como a sua obra e sua efetividade. O objeto do trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica do homem: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele. Consequentemente, quando arranca-lhe sua vida genérica, sua efetiva objetividade genérica e transforma sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza (MARX, 1844, pag. 85)

À medida em que a relação do homem consigo mesmo é estranhada, sua associação com seus semelhantes sofre um efeito similar; dessa forma, o estranhamento cria tal generalização que afeta o homem desde sua forma mais essencial e genérica até as suas relações de reciprocidade. Entendendo a realidade sob uma ótica crítica, nos termos da presente argumentação, é fundamental indagar sobre o pertencimento do homem na ordem social capitalista: ora, se a atividade produtiva é alienada e o próprio indivíduo, suas forças e energias próprias, vitais, não pertencem a si mesmo, logo, a quem pertenceriam?

Aqui, Marx anuncia, de forma introdutória, os nexos que a burguesia, como classe dominante, estabelece com este fato, explicitando que o único ser capaz de dominar o trabalho e alimentar o poder gerado pelo pertencimento ao mundo das coisas, não são leis naturais gerais outorgadas por deuses ou por um espectro divino, tampouco a natureza causal e acidental, mas sim, a própria humanidade. A ordem societária vigente passa então pela contradição explícita de que o próprio homem enquanto pertencente ao gênero humano se destitui de sua essência em prol do mundo coisificado e estranho, criado por si mesmo. Não obstante, Marx alerta que o produto do trabalho e a fruição do objeto, mesmo direcionada ao homem, é orientada na direção de um ser não-trabalhador: ora, se o trabalhador é estranho de sua própria atividade vital, o objeto que é fruto da sua desintegração com o mundo real é, necessariamente, pertencente a um outro homem, este segundo com interesses expressamente conflitantes e contrários ao primeiro.

O estranhamento advém de um meio prático, uma vez que se dá através de relações prático-efetivas, assim, da mesma forma que engendra na categoria do trabalho o não

pertencimento do homem a si próprio, institui o pertencimento deste homem à outro. É nesse cenário que se entende a dominação do homem pelo homem, compreendendo a dinâmica das classes sociais antagônicas. Nas palavras do autor:

Através do trabalho estranhado, exteriorizado [alienado], o trabalhador engendra, portanto, a relação de alguém estranho ao trabalho - do homem situado fora dele - com este trabalho. A relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista (ou como se queira nomear o senhor do trabalho) com o trabalho. (MARX, 1844, pag. 87)

2.3 - A propriedade privada

É no contexto de alienação e de trabalho estranhado que Marx reconhece o papel da propriedade privada enquanto consequência desses processos de estranhamento e de alienação. Ora, uma vez que a propriedade privada preenche a função de mediadora de tal movimento, é importante entendê-la como determinante fundante do direcionamento das relações sociais humanas, não obstante, tendo em vista o ciclo metabólico da ordem capitalista, a propriedade privada exerce sua função como consequência direta desta mesma ordem, ao passo em que é, também, a causa. Logo, ao explicitar o nexo de causa e consequência da propriedade privada, Marx sustenta que essa relação se torna recíproca, em suas palavras:

Somente no derradeiro ponto de culminância do desenvolvimento da propriedade privada vem a tona novamente este seu mistério, qual seja: que é, por um lado, o produto do trabalho alienado e, em segundo lugar, que é o meio através do qual o trabalho se aliena, a realização desta alienação. (MARX, 1844. pag. 88)

Retornando a citar a economia-política, é importante frisar que o trabalho enquanto parte vital da produção é reconhecido por esses economistas como o ponto central do processo produtivo da riqueza material. Todavia, é pertinente citar que, os economistas do capital concebem a perpetuação da ordem perante a óptica da propriedade privada, ou seja,

mesmo que o trabalho seja condição inegavelmente fundante do processo de produção, é a propriedade privada que se torna o centro da lógica econômica vigente. Essa contradição exprime nada mais do que o estranhamento em seu auge, em vista disso, é possível reconhecer que categorias como o salário e a propriedade privada, são equivalentes, através do entendimento de que o salário é também uma consequência necessária do estranhamento e da alienação, tendo em vista o imperativo da mercadoria perante a condição humana básica da produção. Assim através de uma óptica radical, ou seja, voltada a conceber essas categorias pela raiz, um possível aumento no salário, ou a igualização geral dos salários seriam mais uma forma de tecer uma melhora no assalariamento de um ser subsumido e escravizado sistematicamente, enquanto desapossado de sua condição genérica essencial, negando-lhe liberdade e dignidade efetivas.

Tendo isso em vista, a superação, ou melhor, a suprassunção da propriedade privada é necessariamente a forma política de se referir à emancipação dos trabalhadores; em outras palavras, para alcançar a emancipação humana em um nível mais avançado, é necessária uma revolução através de uma classe particular, que tenha contida em si, toda a produção material e ideológica da sociedade, classe que, sua libertação, antagonizando com a opressão advinda da burguesia, seria necessariamente uma emancipação universal da humanidade em sua forma genérica.

Não obstante, toda a lógica que mantém a reprodução da miséria humana é embutida e expressa nas categorias de estranhamento, alienação e no conceito de propriedade privada, evidenciando que questões como concorrência, crédito, capital, dinheiro, etc, são apenas a superfície do sistema econômico vigente, o que se transparece em seu movimento aparente.

Em suma, Marx entende a necessidade de determinar a essência real da propriedade privada enquanto consequência da dominação do homem sobre o homem, bem como, enquanto fundamento das relações sociais pautadas na expropriação da força de trabalho, com o objetivo de examinar seu elo com a propriedade humana e social. Assim, o autor desencadeia a investigação sobre a condição fundamental, ou seja, a origem por detrás do aparente estranhamento do trabalho: como o homem pôde estranhar a própria atividade genérica vital? Sendo assim, é importante citar que no centro dessa ação existe uma contradição entre a propriedade privada e o trabalho: uma vez que a propriedade privada é algo externo ao homem, e seu trabalho é algo que está genericamente imbricado na sua natureza interna, é possível perceber a incongruência gritante no fato de que o trabalho, nesta

ordem, é exteriorizado a tal ponto de não pertencer ao ser humano, e a propriedade, é considerada algo que o pertence como um direito natural. Nesse sentido, o autor conduz o pensamento de que a apropriação do trabalho é, necessariamente, o estranhamento, bem como, a exteriorização do mesmo é, igualmente, uma apropriação. O trabalho estranhado é a base para a civilização burguesa e para o desenvolvimento dos moldes vigentes da economia-política. Dito isso, Marx se propõe a analisar de forma clara as relações que perpassam entre o homem e seu trabalho, e, entre esses, com o não-trabalhador, buscando evidenciar o conflito expresso entre a relação do trabalhador com o martírio do trabalho, e do não-trabalhador com a fruição do objeto ou do produto do trabalho alheio.

2.4 - O duplo caráter da mercadoria

No capítulo “A Mercadoria”, que introduz a principal obra de Karl Marx, “O Capital”, o autor procura destrinchar os elementos básicos do que constituem a mercadoria enquanto matéria e abstração, de forma a desenvolver noções sobre as categorias do trabalho que mantém-se sob as amarras de uma ordem social pautada na mistificação ao redor do entendimento do valor e sua forma real.

Publicado no ano de 1867, a obra madura de Karl Marx consiste na análise revolucionária da ordem societária do capital em sua essência, se distanciando de uma análise puramente econômica, com o objetivo de apreender o caráter material, abstrato e social de categorias centrais da obra, tais como o trabalho, a mercadoria, o dinheiro e o capital.

Marx inicia este item através da busca das determinações da mercadoria em sua forma elementar e corporificada e sua função enquanto objeto externo de uso humano, possuindo como finalidade, não só a subsistência da humanidade, mas as vontades e necessidades corporais, mentais, intelectuais e psíquicas. Demonstrando que a amálgama de riquezas materiais, sob a dominação do modo de produção capitalista, é superficialmente figurada enquanto uma “enorme coleção de mercadorias” (pág. 97). Fica evidente então a necessidade da análise orientada por uma óptica crítica sobre a aparência da riqueza e sua essência, bem como, sobre o entendimento da realidade da profusão de mercadorias enquanto determinadas por um processo histórico, e o véu místico que cobre a verdade sobre esse processo.

A humanidade é necessariamente voltada à produção e ao trabalho, uma vez que a atividade laboral é a constituição natural da espécie humana em sua forma ontológica e genérica, Marx inicia o desvelamento das formas de valor através de uma análise do valor de uso, levando em conta que a produção de um objeto nada mais é do que a historicidade humana em sua forma mais natural, originária e própria, esclarecendo a relação intrínseca da genericidade humana com a produção, e modificação do ambiente através do trabalho.

Ao buscar a constituição do valor de uso, o autor evidencia o aspecto material do objeto em sua condição material generalizada, em junção com todas as propriedades condicionadas ao corpo físico do mesmo, ou seja, os elementos usados para a fabricação do produto (o ferro, o couro, a lã, etc). Desconsiderando o tempo de trabalho empregado para a produção de um objeto, a mercadoria exprime em si um atributo que diverge em essência de um simples valor de uso, mesmo que esta primeira também se ponha enquanto um bem, com caráter útil a humanidade, expressar-se-á à suposição de uma razão de determinação quantitativa (1 tonelada de ferro, 1 braça de linho, etc.) para considerar seu aspecto velado: *o valor de troca*. Essa condição específica do valor expressa que o objeto somente compreenderá sua plena efetividade quando *consumido*; a produção material contém em si a capacidade de formar o conteúdo geral material da riqueza, independente da forma social e das relações sociais travadas para que a troca de objetos, em uma dada organização social, ocorra, evidenciando que, naturalmente, o valor de uso em sua forma elementar corresponde ao aspecto físico, útil e histórico-geral da mercadoria.

Não obstante, no evoluir histórico das formas do valor, incluída nessa historicidade, evidentemente, também a ordem societária burguesa, a gama de valores de uso compreende uma nova função: são constituintes dos *suportes materiais do valor de troca*, ou seja, são reconhecidos e pressupostos pela existência do valor de troca. O valor de troca aparece na qualidade de razão *quantitativa* que supõe a troca simultânea de um valor de uso com outro valor de uso, isto é, diferentemente do aspecto material do objeto, o valor de troca é necessariamente comum à forma mercadoria, pois esta se encontra em uma relação *social* palpável às determinações do valor e, em certas circunstâncias, do capital (a troca, o lucro etc). Assim, Marx entende o valor de troca enquanto uma relação que se altera de acordo com o tempo e o espaço, apontando que é por tal relatividade que este valor aparece enquanto fenômeno necessariamente acidental e, simultaneamente, algo inerente ao objeto, essencialmente atrelado à mercadoria, evidenciando uma contradição que encobre o

esclarecimento do que é a mercadoria e a forma que esta é representada na esfera das relações humanas.

Para explicitar a relação de troca, em que um quarto de x de trigo pode ser trocado tanto por z de ouro ou y de seda, o autor demonstra que cada valor, independente da forma concreta do objeto, é simultaneamente permutável e de mesma grandeza que os demais, uma vez que a relação de troca expressa-se igualmente na mesma mercadoria. Evidencia-se que o valor de troca é inegavelmente apenas um modo de expressão, de um conteúdo distinto àquele material-concreto, ou seja, de um objeto que dele pode e deve se distinguir para expressar e veicular valor. Ao dar o exemplo da troca de um quarto de trigo por quintais de ferro (*quarter* de trigo = a quintais de ferro) é possível compreender que existe uma equação constante no processo de troca, expressa notadamente por algo em comum, de mesma grandeza entre dois objetos diferentes, concluindo-se que, ora, se duas coisas distintas são igualadas pela equação do valor de troca, tais valores são, igualmente, iguais a uma *terceira coisa*, que se diferencia das duas primeiras e que são redutíveis a esta terceira. Matematicamente, da mesma forma em que, na geometria, é necessário decompor as figuras retilíneas para determinar sua área do triângulo na equação $A = b \cdot h / 2$, em que se procura a metade da multiplicação entre a altura do triângulo e sua base, para serem reduzidas a uma equação que busca *o equivalente, o comum*. Dessa mesma maneira os valores de troca devem ser reduzidos, igualados e comparados a um valor comum com relação aos quais eles representam. Se tratando de uma análise puramente da realidade histórica humana, a grandeza comum que envolve a equação do valor de troca não pode, portanto, ser de natureza física ou matemática, mas está intrinsecamente relacionada à abstração e ao valor dado simbolicamente ao objeto, de forma a corresponder à uma relação em que o valor de uso pode valer tanto quanto outro, respeitando sua especificidade quantitativa, tal qual nos exemplos citados acima. Ou seja, na qualidade de valor de uso, as mercadorias são diferentes essencialmente entre si (tipo de material, função, propriedades físicas, etc), mas enquanto valor de troca, elas podem apenas conter a diferenciação de acordo com a proporcionalidade quantitativa.

Em suma, entendendo a relação que perpassa entre a grandeza quantitativa do valor de troca em relação ao valor de uso, constata-se que, independente de tal relação, as mercadorias apresentam um fator comum entre si: o fato de todas serem advindas do trabalho humano, caracterizado como “a substância do valor”. Ao se apresentar enquanto pressuposto do valor

de troca, o valor de uso é abstraído de sua forma corpórea e sensível, como ocorre, por exemplo, na sociabilidade do capital. Nesse momento, vislumbra-se a primeira crítica do autor sobre tal conceito, ora, se se tira o sentido e se abstrai o valor de uso de uma mercadoria, suas qualidades físicas são apagadas, bem como o sentido e valor do trabalho agregados a ela. Nas palavras de Marx:

Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e, portanto, também, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato. (MARX, 1867. pag. 98)

Assim, é importante frisar que nesta relação, resta somente o dispêndio de trabalho vital, indiferenciado, e portanto, abstrato, expelido a uma objetividade fantasmagórica que ronda o produto do trabalho, indicando que o dispêndio de força e de energia vital do trabalhador é a substância comum da mercadoria. Karl Marx reitera que a relação de troca das mercadorias indiferencia o valor de uso em prol da razão embutida no valor de troca, portanto, se abstrairmos o valor de uso, o valor de troca resta enquanto modo necessário para a expressão da manifestação do valor, como ocorre, por exemplo, no caso da sociedade capitalista vigente. Desse modo, a única forma de entender o valor embutido em um produto é entendendo a materialização do trabalho abstrato que se fez na sua criação, em outros termos, a substância essencial para a formação do valor abstrato é a quantidade de trabalho contida no produto, a duração desse trabalho em tempo (quantos dias ou quantas horas foram necessárias para a realização de tal atividade).

Nesse momento, é importante reiterar que Marx inicia uma discussão acerca do *valor*, não enquanto conceito criado para método de análise, mas compreendendo-o enquanto valor em sua forma em si e para si, como algo que existe sendo o resultado de uma relação social de troca determinada historicamente pela forma da sociedade, por este motivo, o valor compreendido nesta análise não depende de um conceito previamente posto para ser considerado como tal. O valor é produto da relação mercadológica de troca embutido no dispêndio de trabalho humano para a criação da mercadoria, portanto, este se diferencia do valor de uso e do valor de troca, é necessariamente histórico e social.

Para discutir o conceito de tempo e determinar a grandeza do valor do trabalho na equação da mercadoria, faz-se necessária a observação de que, na ordem do capital, o tempo de produção muda constantemente devido à diversos fatores, como por exemplo os avanços tecnológicos, pois este modifica consideravelmente a força produtiva social, esta, por sua vez, incorpora caráter relativo à aplicabilidade tecnológica de algum maquinário; questões regionais e naturais em que a produção está inserida, bem como, a destreza média do trabalhador na atividade laboral. Karl Marx exemplifica que, caso esteja em uma estação do ano favorável, a colheita pode ser de até 8 alqueires, mas se estiver em uma estação ruim, pode se colher 4 alqueires. Em uma análise do trabalho enquanto uma produção social média (não individual), o tempo de trabalho socialmente necessário pode diminuir ou aumentar com as mudanças no quadro social. Com o desenvolvimento do tear a vapor na Inglaterra, o tecelão consegue fabricar um fio de tecido usando somente a metade do tempo que outrora era necessário. Em conclusão, é o tempo de trabalho humano socialmente necessário que determina a grandeza do valor do produto, mostrando que, o processo de produção que leva determinado tempo para ser completado é equivalente, em valor, com um outro processo de uma mercadoria distinta que requer o mesmo tempo para ser produzida, concluindo que, enquanto valor, a mercadoria é uma forma complexa que incorpora o tempo de trabalho necessário e o dispêndio de energia vital do trabalhador, isto é, o trabalho fundido e cristalizado na materialização do objeto. Com mais tempo de produção, ou seja, quanto maior é o trabalho cristalizado empregado na produção, maior é o valor atribuído à mercadoria.

Marx reitera que o valor de uso pode, em sua essência, não ser mercadoria e nem ser valor de troca, uma vez que tais formas são a expressão de seu caráter material determinadas por uma relação social própria das sociedades mercantis, entre elas, da ordem econômica do capital. Em sua definição basilar, o valor de uso é um objeto externo que contém propriedades físicas, portanto, de caráter sensível, dada a possibilidade de ser produzido e usado por uma mesma pessoa, ou seja, não necessita de uma relação de troca para possuir função, logo, não é, por si só, uma mercadoria. Para que uma mercadoria exista, é necessário a participação ativa de outrem, uma outra pessoa na qual será destinada a mercadoria que será usada enquanto valor de uso. Ou seja, a mercadoria em si é composta pela junção do valor de uso (qualidade, sensível e histórico-geral) com o *valor*, fenômeno que se expressa através do valor de troca, e que carrega em si a carga do trabalho humano enquanto sua principal substância, ao passo em que é medido pela grandeza do tempo socialmente necessário para a produção de um objeto. Marx então, inicia o capítulo 1 de sua principal obra analisando o

caráter sensível-suprassensível da mercadoria, enquanto valor de uso, e valor; corporificada e empiricamente útil, a forma hermética da mercadoria representa, simultaneamente, uma relação abstrata, pautada por uma determinação social específica, bem como, fundamentada e estruturada através de sua substância principal: o trabalho.

2.5 - O duplo caráter do trabalho

Neste item, o autor se propõe a debater o caráter abstrato, determinado através das relações que se criam no seio das formações sociais mercantis, e concreto (útil, empírico) do trabalho. Tendo em vista o caráter duplo da mercadoria, que contém em si mesma o significativo do valor de uso, e concomitantemente, a relação mercadológica do valor de troca, o trabalho, substância principal dessa relação, avaliado pela sua grandeza de tempo, sofre movimento semelhante: contém em si, em congruência com o modelo das sociedades mercantis, a razão de um trabalho abstrato, tal como, a forma de um trabalho concreto, em que sua empiricidade é dada genericamente enquanto coisa material, real, particular.

No início, Marx sinaliza que a relação do trabalho é ponto central para o entendimento da economia política, dando o exemplo de duas mercadorias (1 casaco e 10 braças de linho) de valores distintos (o casaco é o dobro do linho) e, portanto, de grandezas distintas em que o tempo de trabalho necessário para produzi-las é, concomitantemente com o valor, o dobro. O casaco é um valor de uso, que, através da força produtiva de trabalho e, independentemente da técnica aplicada para sua criação, contém em si o dispêndio de força do trabalhador enquanto realização de um trabalho concreto e útil. Marx sinaliza que não é possível uma relação de troca ocorrer com valores de uso iguais, (não se troca um casaco por um casaco), e, é por este motivo que a relação de troca de mercadorias tem de relacionar produtos distintos, ao passo em que os iguala para realizar a permuta que tem como substância principal, não a especificidade do produto, mas o trabalho empregado nele.

É nesse momento que Marx introduz a “divisão social do trabalho” (pág. 102), mostrando que a amálgama de objetos materialmente produzidos, mesmo que abstraídos seus valores de uso distintos entre si, existe em conjunto diversificado, dividido e categorizado entre gênero, espécie, subespécie etc, o que evidencia a condição essencial desta divisão para a existência de mercadorias em sua forma generalizada. O autor alerta que, mesmo tendo uma relação de reciprocidade, esta não é verdadeira, ou seja, a divisão social do trabalho cria

condições para a existência da profusão de mercadorias no interior do processo produtivo do capital, todavia, a mercadoria não é condição determinante para a existência da divisão social do trabalho. Nas palavras de Marx:

Numa sociedade cujos produtos assumem genericamente a forma da mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadoria, essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados separadamente uns dos outros como negócios privados de produtores independentes, desenvolve-se como um sistema complexo, uma divisão social do trabalho. (MARX, 1867, pag 102)

Ao adentrar na definição do trabalho, é imprescindível reiterar seu caráter genérico: o trabalho concreto como criação de valores de uso independe do momento histórico social determinado, e encontra-se enquanto fenômeno universal da espécie humana em qualquer estágio de desenvolvimento do organismo social. Retomando ao exemplo do casaco e do linho (ambos com valores distintos), o autor vai expor o papel da *grandeza do tempo de trabalho* mediada nesta equação: tendo em vista que o tempo de produção determina o valor do produto, é possível aferir que existe um encadeamento diretamente proporcional, logo, se o casaco é o dobro do valor do linho, tal situação demonstra que, no processo de fabricação do casaco, este precisou do dobro de tempo do linho para ser feito. Todavia, Marx aponta para a característica complexa no interior do sistema produtivo: a técnica, e a mudança nas forças produtivas de uma determinada sociedade, ao mesmo tempo em que não altera o valor de uso de uma mercadoria, pode alterar seu valor em razão do tempo necessário para produzi-la, de acordo com as alterações nas formas de produzir, como visto anteriormente. Logo, o caráter abstrato do trabalho revela que seu valor é dado através da dependência de um conceito de tempo de produção e é necessariamente abstraído na relação de troca das mercadorias distintas entre si. Assim, o dispêndio de força, a técnica e a qualificação do trabalhador, anexadas no interior do valor de uso fazem parte de uma relação mercadológica de troca que abstrai completamente a qualidade específica do trabalho e de seu valor útil, em prol do valor de troca. O trabalho é tão reduzido e igualado, tal qual a mercadoria, que mesmo o trabalho complexo é tido enquanto conjuntos de trabalhos simples, como forma de equiparar-se.

Portanto, se em relação ao valor de uso o trabalho contido na mercadoria vale apenas qualitativamente, em relação à grandeza de valor ele vale apenas quantitativamente, depois de ter sido reduzido a trabalho humano sem qualquer outra qualidade. Lá, trata-se do ‘como’ e do ‘quê’ do trabalho; aqui, trata-se de seu ‘quanto’, de sua duração. Como a grandeza do valor de uma mercadoria expressa apenas a quantidade de trabalho nela contida, as mercadorias devem, em dadas proporções, ser sempre valores de mesma grandeza.

2.6 - As formas do valor

Por meio da análise da dupla condição da mercadoria, e, através do exame de semelhante condição ao trabalho, anexado no produto, Karl Marx se dedica a averiguar a forma-valor, ou seja, o autor procura exprimir a condição do valor de troca enquanto movimento abstrato que ocorre no seio de uma lógica permutável das sociedades mercantis, em que, no geral, demonstrará, através da equação da forma de valor simples, o espelhamento que o valor equivalente provoca na forma de valor relativa, de forma à destrinchar e evidenciar a atribuição de valor dada ao dinheiro. O autor reitera o exame sobre o caráter contraditório da forma mercadoria, determinada pela relação social de trabalho abstrato contido em sua criação e pela troca por outra mercadoria que, abstraído seu valor de uso, põe-se enquanto valor obrigatoriamente para ser um equivalente no processo de troca. Nesse ponto, Marx já dá indícios de que está prestes a destrinchar, na sua forma basilar, o valor de troca, e, posteriormente, a forma-dinheiro:

Cabe aqui realizar o que jamais foi tentado pela economia burguesa, a saber, provar a gênese dessa forma-dinheiro, portanto, seguir de perto o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, desde sua forma mais simples e opaca até a ofuscante forma-dinheiro. Com isso, desaparece, ao mesmo tempo, o enigma do dinheiro. (MARX, 1867, pag 105)

É de extrema importância adentrar na explanação das equações da forma de valor, no intuito de identificar o caminho racional traçado por Karl Marx para a explicação do conceito básico do processo de troca, suas formas simples, desdobradas, e universal. A forma de valor simples ou individual, é identificável na resolução da equação básica da permuta, em que,

uma determinada mercadoria “A”, valor relativo, é igualada com a mercadoria “B”, valor equivalente ($A=B$). É imprescindível citar o exemplo proposto pelo autor: se existem duas mercadorias, em que 20 braças de linho (mercadoria A) é igual à 1 casaco “b” ($A=B$), o valor da mercadoria “A” (braças de linho) é expresso através da mercadoria “B”; ora, seria impossível na compreensão humana atribuir valor a um objeto tendo um valor equivalente totalmente igual ao primeiro, (20 braças de linho = 20 braças de linho). Desse modo, o raciocínio por trás da comparação e da permuta, permite a compreensão da existência da mercadoria: o valor de troca em sua forma simples nos mostra que, as duas mercadorias colocadas na equação são interrelacionadas de forma a se determinarem por uma relação recíproca de significação, portanto, o valor de uso do casaco (equivalente) não tem expressão em seu próprio valor, tampouco no trabalho concreto e útil empregado nele, uma vez, por fazer as vezes de um valor equivalente, determina apenas o valor da outra mercadoria (braças de linho). Matematicamente, é imprescindível lembrar que as grandezas de mercadorias cujo valor de uso são distintos só serão comparadas quantitativamente após serem reduzidas a uma mesma unidade, somente deste modo é possível entender a permuta, ao equipará-las em igualdade usando a razão de uma equação de primeiro grau. Mantendo o exemplo da equação: 20 braças de linho = 1 casaco, é importante aferir que, enquanto grandezas, essas duas mercadorias são expressões de uma mesma unidade, e o valor da mercadoria A (valor relativo) é necessariamente dado através da equiparação com um valor equivalente, neste exemplo, o casaco:

Como valores, as mercadorias não são mais que geleias de trabalho humano, por isso, nossa análise as reduz à abstração de valor, mas não lhes confere qualquer forma de valor distinta de suas formas naturais. Diferente é o que ocorre na relação de valor de uma mercadoria com outra. Seu caráter de valor manifesta-se aqui por meio de sua própria relação com outras mercadorias. (MARX, 1867, pag 107)

Levando em consideração a relação de interdependência entre o valor relativo e o valor equivalente, cabe reiterar que o trabalho contido nas diferentes mercadorias é similarmente igualado, e contém em si, um duplo caráter. Por exemplo: a alfaiataria, que produz o casaco, e a tecelagem, que produz o linho, são tão igualados entre si quanto o valor de seus produtos, de modo que é desconsiderado a atividade do trabalho em sua forma

particular e concreta. Uma vez que, para serem convertidas a uma mesma unidade, o trabalho empregado em ambas sofre uma redução ao seu caráter comum, sendo assim, a especificidade do trabalho é ignorada. A atividade produtiva, na interrelação de valores na ordem mercadológica burguesa, é necessariamente a criadora do valor, ainda assim, não apresenta valor em si mesma, em razão do fato dado de que o valor é uma grandeza determinada somente através da relação dinâmica entre mercadorias quantitativamente equiparadas e igualadas pela direção dada na equação de troca. Portanto, o trabalho cristalizado é expresso materialmente enquanto objetividade, distinguindo-se do seu próprio produto, uma vez que este é valorizado pelo tempo de produção, e simultaneamente, é comum à todas as mercadorias, dado a obviedade do fato de que é com a força de trabalho que se produz o objeto. O valor equivalente é apenas a expressão do valor relativo, a despeito de demandar, também, dispêndio de força de trabalho, entretanto, na correspondência de valor com o linho (ou outra mercadoria que representar o valor relativo, salvo o exemplo) o casaco, invariavelmente, continuará sendo o pressuposto para o valor do outro, e nunca de si próprio.

Para explicar a variação na grandeza do tempo que ocorre pelas mais variadas razões (melhora ou piora na condição da produção), Karl Marx, mantendo o exemplo da troca das 20 braças de linho por 1 casaco, apresenta três diferentes cenários, a fim de exemplificar de que modo a forma de valor relativa continua sendo determinada quantitativamente em proporção com seu equivalente: no primeiro cenário, é apresentada a hipótese do tempo de trabalho necessário para a fabricação do linho variar, assim, se o tempo de produção necessário para produzi-lo é reduzido pela metade, ou seja, se antes se fazia 20 braças de linho em 1 hora, hoje se faz 20 braças de linho em 30 minutos, e, reiterando que a mercadoria só é tida como tal se esta se relaciona em uma situação de troca com outra, caso a produção do casaco (valor equivalente) esteja sem alterações, na equação de troca, preservando a proporcionalidade quantitativa, conclui-se que 20 braças de linho equivale, agora, a 2 casacos. Na segunda hipótese, o valor equivalente (casaco) varia de acordo com um problema na produção, logo, o valor do casaco aumenta em dobro visto que seu tempo de produção aumentou; neste caso, 20 braças de linho é igual à meio casaco. Se, essa situação ocorresse ao contrário, ou seja, se a produção do casaco sofresse um adiantamento em sua produção, seu valor diminuiria, assim, 20 braças de linho seriam equivalentes a 2 casacos. Na terceira hipótese, Marx admite que a variação no tempo de produção de ambas as mercadorias pode acontecer simultaneamente, ou seja, independente da mudança na produção, as proporções

continuariam as mesmas desde que equiparadas pelo tempo de trabalho e quantitativamente, variando na mesma direção ou em direções opostas.

Considerando que a forma de valor relativo pode expressar a obtenção de valor ao equiparar-se com algo completamente distinto fisicamente de si (linho sendo igualado a um casaco), é evidente que existe uma relação social abstrata que ronda a razão da equação do valor, fazendo com que coisas diferentes em essência sejam colocadas em posição de igualdade, sendo assim, é através dessa circunstância que se faz possível o entendimento que perpassa o enigma do valor equivalente, uma vez que, este se configura enquanto uma mercadoria voltada apenas para a figuração do valor, servindo unicamente para a permutabilidade com outra mercadoria, em outras palavras: a forma equivalente implica uma contradição no momento em que o valor de uso é transformado na expressa manifestação do seu valor em forma abstrata. Desse modo Karl Marx, consegue brilhantemente demonstrar, através da equação mais simples do valor, a necessidade da existência do *dinheiro*. O trabalho humano abstrato, sendo a substância natural que cria o corpo na mercadoria, quando contido na forma do valor equivalente (casaco) é, na aparência, igualado ao do valor relativo (tecelagem do linho) e reduzido a uma forma de trabalho social e generalizada, assim, o duplo caráter do trabalho é ainda mais evidenciado quando se trata de uma análise que leva em conta o enigma que perpassa a figura do valor equivalente: este é usado de forma aparente e abstrata para dar valor a um outro.

Instigando a reflexão no que diz respeito à forma equivalente da mercadoria, Marx propõe uma discussão acerca do valor equivalente universal socialmente determinado: o dinheiro. Ao retomar a noção de que a mercadoria é composta de valor de uso, e valor, pode-se concluir que este valor possui sua forma de manifestação própria e distinta da forma de valor de uso, e esta forma de manifestar-se é através do valor de troca, assim, é apenas numa relação de permutabilidade quantitativa com outra mercadoria que esse valor é expresso. Neste ponto, o autor apresenta uma crítica aos mercantilistas, que, ao analisarem as formas de valor, restringem-se a entender o aspecto quantitativo da expressão do valor através do dinheiro, e de comerciantes que, analisam a equação do ponto de vista do valor relativo; de qualquer modo, a análise da realidade material realizada cientificamente por Karl Marx procura demonstrar que, em uma forma de valor simples em que $A=B$, a mercadoria A tem seu valor real e sua forma natural expressa na figura de valor de uso, já a mercadoria B é expressa em função de equivalente, ou seja, o que dá valor à mercadoria A.

Nesse ponto, faz-se necessário o resumo dos conceitos trabalhados, reiterando que: a forma de valor simples é justamente o modo de manifestação da oposição entre o valor de uso, e valor. É importante sinalizar que todo produto que advém do trabalho é inerentemente, independente das condições históricas e sociais, um objeto de uso, todavia, é apenas em uma ordem societária determinada pela expropriação da força de trabalho, que o produto do trabalho deixa de ser valor de uso e transforma-se em mercadoria, ou seja, é no momento em que o trabalho despendido na atividade de produção manifesta-se enquanto valor. Em suma, a forma de valor simples da mercadoria explicitada anteriormente é, concomitantemente, a forma-mercadoria do produto do trabalho, por isso o desenvolvimento da forma-mercadoria é simultâneo ao desenvolvimento da forma valor, pois este tem o trabalho enquanto sua principal substância.

Historicamente, a análise da forma simples de valor é revelada em práticas primitivas em que o produto do trabalho se transforma em mercadoria de forma ocasional, evidenciando uma relação embrionária do que seria a permutabilidade mediadora da forma-mercadoria; logo, é seguro presumir que, se o valor relativo tem sua real expressão apenas em sua equiparação (salvas as proporções) com o valor equivalente, é possível presumir que essa equação, em sua forma desdobrada, é praticamente infinita, e pode ser feita com qualquer mercadoria que exista. Em outros termos: assim como 20 braças de linho são iguais a 1 casaco, elas podem ser iguais a determinada quantidade de trigo, de ferro, etc. Assim, o valor relativo (linho) é espelhado em todas as outras mercadorias existentes na amálgama de objetos intermináveis. A partir desta reflexão, é inevitável o conhecimento de que uma série inconclusiva de expressões diversas do mundo da mercadoria, igualam todos os outros trabalhos contidos no cerne de cada mercadoria distinta, tornando ainda mais evidente o caráter indiferenciado que o trabalho recebe.

A equação “20 braças de linho= 1 casaco” pode ser expressa ao inverso, assim, na forma de valor, o linho se torna o equivalente, e o casaco, o valor relativo; é importante perceber que a mudança no lugar das equações traz uma diferenciação no valor de uso do linho. Isso demonstra que a inversão dos papéis na equação altera o caráter global da forma natural de uma mercadoria, no entanto, a única coisa que se preserva é sua grandeza de valor (o tempo de trabalho). Marx ao mostrar essa relação deixa claro que o nexos de causalidade desaparece, e torna-se nítido que não é a troca que regula a grandeza, mas a grandeza desse valor da mercadoria que regula todas as relações de troca.

Levando em consideração o encadeamento de mercadorias e a igualdade qualitativa de inúmeros valores relativos igualado ao corpo vazio de uma mercadoria que representa o valor equivalente, cria-se um mosaico sem fim, que transforma a forma natural de qualquer mercadoria em um equivalente particular de outra, assim, é seguro afirmar que todos esses valores igualados em cadeia se excluem mutuamente. Ora se todas as mercadorias (casaco, trigo, ferro) estão no lugar do valor relativo enquanto o linho se encontra no lugar de valor equivalente, isso demonstra que, em uma equação em cadeia de igualdade, os valores são igualados independentemente da posição de seus fatores, tendo isso em vista, da mesma forma que o linho tem seu valor expresso no espelhamento com o casaco, outros objetos como o ferro, ou a lã, têm seus valores expresso no espelhamento com este mesmo linho, mostrando mais uma vez, que todas os valores se igualam, e portanto, se excluem. É nesse sentido que faz-se necessário a criação de uma forma de valor *equivalente universal*. Com isso, é possível concluir que o entendimento da forma universal do valor demonstra que o dispêndio de trabalho humano caracteriza uma expressão social das relações obtidas em um mundo mediado pela existência da mercadoria, assim, o caráter natural e humano do trabalho, entendido anteriormente como inerente à potencialidade e a capacidade unicamente humana de construir-se enquanto transformador da natureza, torna-se, nesse tempo da história global, a expressão de uma mera relação social casual mediada pela mercadoria. Tendo em vista que a forma de valor equivalente é uma maneira de excluir o valor de uso de uma mercadoria, Marx vai delimitar o momento em que essa exclusão se limita a apenas um tipo específico de mercadoria: o ouro.

Portanto, é possível notar a necessidade da ordem de produção vigente em ter uma forma de valor que expresse todos esses valores de forma desdobrada, em um único, como meio de quebrar a cadeia de equiparações de mercadorias. Nesse sentido, urge a necessidade de criar uma forma socialmente válida que, simultaneamente, exclua a expressão universal do valor que depende da equivalência particular de todas as mercadorias entre si, e que possa, definitivamente, manter a solidez e o valor social objetivo da mercadoria na forma de valor relativa, ou seja, a necessidade da existência da forma-dinheiro. Trocando o equivalente universal (por exemplo, o linho) com o ouro, obtém-se a mesma equação, no entanto, observa-se que, socialmente, a permutabilidade entre mercadorias é consistente e o equivalente universal se restringe a apenas uma mercadoria específica, mantendo assim, a amálgama de mercadorias distintas, apenas como valor relativo, que contém seu valor expresso através do ouro. (MARX, Karl. pag 121)

2.7 - O fetichismo

Na porção final do capítulo “A mercadoria”, Karl Marx procura explorar o porquê as relações sociais imbricadas no modo de produção do capital são ocultadas por trás dos produtos do trabalho postos em uma cadeia mercadológica. Uma mercadoria, em seu aspecto material sensível aparenta ser um objeto trivial, no entanto, o direcionamento da análise marxista esclarece que existem, imbricadas em sua existência, uma gama de "sutilezas metafísicas” pautadas nas relações sociais de trabalho, atribuindo caráter fantasmagórico, evidenciando sua forma sensível-suprassensível.

Neste item, é necessário deslindar as formas das relações sociais pautadas nas mercadorias que estão ocultas aos olhos do próprio produtor. O caráter místico da mercadoria, revelado por este estudo, não é elencado somente à descoberta do valor de uso, sua forma sensível e útil, tampouco se põe enquanto consequência direta do trabalho humano, que, em qualquer estágio da organização histórica do organismo coletivo, é socializado. O caráter fantasmagórico e abstrato que a forma-mercadoria assume, é advindo justamente de sua própria forma, isto é, a relação de igualdade de quaisquer trabalho humano que pressupõe uma objetivação, atribuindo valor aos objetos produzidos, mediados pela grandeza da equação de valor (o tempo de trabalho), fomentando a necessidade do exame minucioso do nexos que se estabelece entre os produtos e a atividade de produção. Em razão de que, nesta ordem social, as objetivações se derramam sobre todas as determinações sociais do trabalho, agora, assumindo um caráter metafísico por meio da abstração da real forma da mercadoria, determinam substancialmente uma relação social entre os produtos do trabalho, uma relação social entre *coisas*.

Assim, Marx conclui que o caráter fantasmagórico e oculto da forma-mercadoria consiste no fato de que esta, reflete os produtos materiais do trabalho como realidades sociais e naturalizadas, espelhando aos produtores a noção de que a ligação com a atividade de produção é uma simples interconexão de objetos, uma vez que a mercadoria torna-se o centro das relações sociais de trabalho. Dito isto, é imprescindível frisar que o caráter social da mercadoria, em nenhuma circunstância, é intrínseco com suas propriedades físicas, mas é uma relação social estabelecida entre os homens para com outros homens, resultando em uma forma mística de um mundo de coisas, consistente em uma amálgama de objetos que se

confrontam e relacionam-se entre si, por trocas e por processos de valorização, refletindo e moldando, desse modo, as relações sociais do mundo dos homens. Marx faz uma analogia com a religião: o cérebro humano é capaz de imaginar figuras dotadas de poder e vontade própria, equitativamente, é a relação do indivíduo com a mercadoria, resultando na abstração fantástica do objeto que controla as relações sociais de troca, ao ponto de dominar as relações travadas na sociedade, é o que o autor chama de “fetichismo”.

Nota-se que o fetichismo não é um produto do âmbito psicológico ou subjetivo da imaginação humana, pois que este existe na realidade objetiva, tal qual é a materialidade da mercadoria em toda a sua forma metafísica, isto é, o fetichismo é um processo real por meio do qual as relações sociais pautadas na expressão da mercadoria assumem forma e determinam traços essenciais da sociabilidade burguesa. Resultando na ocultação da verdadeira forma, e na abstração da realidade histórica-material da vida nesse estágio de desenvolvimento social, pode-se aferir que o movimento real do fetichismo cria uma consciência geral pautada na ocultação das reais relações sociais, e imbricadas nas amarras da abstração, no entanto, apesar de estar intrincado à consciência humana, urge a necessidade de atentar-se para o fato de que o fetichismo é, em essência, parte da realidade.

Historicamente, toda e qualquer organização social humana é alicerçada ao trabalho social, ou seja, pautada no processo de socialização geral dos produtos do trabalho, contudo, o caráter peculiar do trabalho nesta sociabilidade reside no fato de que o processo de troca leva à uma fusão do valor de uso com o valor, por formas sensivelmente distintas, e o caráter de valor dos objetos passa a ser considerado no próprio ato da produção. Dito isto, é fácil presumir que o trabalho privado começa a assumir um duplo caráter social: de um lado, tem-se a produção social voltada à atender o significado útil da produção, na sua forma mais natural e espontânea, criando meio de subsistência para a sociedade; por outro lado, tem-se a produção elencada na comunhão de trabalhos úteis e individuais permutáveis entre si, ou seja, é no momento em que os trabalhos individuais privados, e, portanto, distintos entre si, são igualados para atender ao imperativo mercadológico, que se vislumbra seu caráter ambíguo. Sobre isso, Marx conclui:

A igualdade *toto elo* [plena] dos diferentes trabalhos só pode constituir numa abstração de sua desigualdade real, na redução desses trabalhos ao seu caráter comum como dispêndio de força humana de trabalho, como trabalho humano abstrato. (MARX, 1867, pag. 123)

A equiparação de diferentes tipos de produtos no momento da troca, e, por conseguinte, a paridade dos diferentes trabalhos aglutinando-os em um conjunto de *iguais*, corresponde a uma lógica que reduz o trabalho à sua média socialmente proporcional, é diante disso, que o valor nunca assumirá sua verdadeira identidade, porque expressa em si a fusão de todos os produtos do trabalho e os coloca enquanto sagrados, fantásticos, fazendo com que o movimento social incorpore a forma de um movimento social de coisas, que controlam a si mesmas, ao passo em que a humanidade limita-se à margem desse processo.

Karl Marx indica que as formas abstratas que rondam o entendimento da forma-mercadoria são tidas enquanto verdades naturais da vida social, impedindo o entendimento pleno do real conteúdo por trás da aparência. O estudo traçado neste capítulo é evidentemente *post festum*, em que o autor esclarece a raiz da equação do valor, desde sua forma mais simples até a sua forma desdobrada, para enfim entender a forma-dinheiro. O pensamento mítico e fantástico que orbitava sob o mistério da mercadoria é revelado à medida em que Marx analisa as relações de produção pautadas na troca, o que permite a análise do caráter de valor imbricados nos produtos do trabalho; com isso entendido, resta esclarecer o duplo caráter do trabalho, que, em sua forma abstrata, consiste na substância do valor, desvelando o segredo que percorre a forma-valor. Isso dito, a compreensão da forma acabada da mercadoria, seu estágio final de equivalente universal, o dinheiro, tem certo efeito na equação da forma-mercadoria que o aponta enquanto o principal agente que oculta, vela e esconde o caráter social do trabalho, bem como, obscurece o caráter social das relações reais entre os produtores. Esse processo embasa todas as categorias da ordem societária burguesa.

Por fim, Marx traça uma discussão acerca das relações estabelecidas pelo processo de troca do produto do trabalho em diferentes tempos históricos, reais e hipotéticos, de forma a deixar claro que, independentemente da forma em que uma determinada organização social se estabelece, as relações sociais são pautadas no trabalho e na troca do produto do trabalho. No exemplo do livro “Robinson Crusóé: a conquista do mundo em uma ilha”, publicado no ano de 1719, de autoria de Daniel Defoe, em que o personagem principal naufraga sozinho em uma ilha, Marx demonstra que, nesta estória, tudo o que foi produzido pelo protagonista Robinson para sua subsistência se configura como seu trabalho individual, ao mesmo tempo em que possui caráter geral, humano e intrínseco relacionado à potencialidade natural e ontológica do trabalho para modificar o ambiente sensível à sua volta. Assim, Karl Marx,

usando como exemplo um símbolo do individualismo na ideologia liberal, aponta para a realidade natural-espontânea do trabalho na genericidade humana.

Avançando, é necessário desenvolver o exame sobre o trabalho humano em diferentes tempos históricos: nos séculos sombrios da Idade Média no continente europeu, as relações dos servos e vassalos no seio de uma organização social pautada na dependência pessoal no convívio coletivo, mostra que é justamente pela dependência que essas relações não assumem caráter fantasmagórico, de modo que, o modo natural do trabalho particular e individual é o que consiste em sua forma social, a medida em que o produtor sabe exatamente qual parcela de seu trabalho ele entrega ao senhor. Assim, as relações sociais que as pessoas estabelecem entre si não se transvestem com um véu da abstração do trabalho ou com relações entre coisas em sua forma suprassensível. Outro exemplo de organização social é uma família camponesa: Marx evidencia que o trabalho é obviamente socializado, e dividido espontaneamente, de forma particular (levando em conta o sexo, a idade e as condições naturais e ambientais do trabalho) uma vez que os integrantes da família se organizam para produzir seu sustento, produzindo roupas, cereais, linho, etc. Nessa organização, o dispêndio de força de trabalho individual é a determinação social do trabalho. Marx agora propõe uma sociedade hipotética de organização livre, em que, semelhante ao exemplo de Crusoé, a produção individual seja pensada conscientemente e de maneira racional voltada para o valor de uso do produto do trabalho, sem a mediação de uma forma fantástica e abstrata do produto. As relações sociais, neste exemplo, se mantêm livres e de maneira simples, em que o trabalho individual, cumprindo sua função social de forma planejada aos moldes da organização entre os indivíduos, seja o cerne para uma relação social humana, em detrimento de uma relação social entre coisas.

Em suma, acerca da possibilidade da superação dialética da forma das relações sociais ilusórias na ordem burguesa, Marx afirma:

O reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer quando as relações cotidianas da vida prática se apresentam diariamente como os próprios homens como relações transparentes e racionais que eles estabelecem entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens

livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado. Para isso, requer-se uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência que, por sua vez, são elas próprias o produto natural-espontâneo de uma longa e excruciante história de desenvolvimento. (MARX, 1867, pag. 127)

O fetichismo da mercadoria cria uma gama de ilusões acerca do processo produtivo a tal maneira, que os economistas ignoram a inquietação epistemológica sobre o porquê o conteúdo da mercadoria assume a forma abstrata e o porquê o trabalho humano se representa no valor do produto, de forma a garantir um duplo caráter. O processo de produção é pautado na forma mística da mercadoria, que espelha o real valor do objeto e representa todo o conjunto de dispêndio de força de trabalho humano. A ilusão posta por esse movimento é tanta que, no imaginário coletivo, é acatada a ideia de que a natureza tem papel determinante nas relações de troca enquanto formadores de valor, sobre isso, Marx afirma:

O quanto uma parte dos economistas é enganada pelo fetichismo que se cola ao mundo das mercadorias, ou pela aparência objetiva das determinações sociais do trabalho é demonstrado, entre outros, pelas fastidiosa e absurda disputa sobre o papel da natureza na formação do valor de troca. Como este último é uma maneira social determinada de expressar o trabalho realizado numa coisa, ele não pode conter mais matéria natural do que, por exemplo, a taxa de câmbio. (MARX, 1867, pag. 128)

CAPÍTULO 3. CRÍTICA À TEORIA DO CONSUMO

Após a exposição do conteúdo de Jean Baudrillard, o livro “A Sociedade de Consumo (1970)”, e, entendendo a necessidade de partir do conteúdo das obras de Karl Marx, os “Manuscritos filosóficos e econômicos” (1844) e o capítulo “A mercadoria”, integrado ao livro “O capital - Volume 1” (1867), é de grande importância para a tese principal do presente Trabalho de Conclusão de Curso, realizar o enlace juntamente às análises críticas e filosóficas dos conceitos abordados nas referidas obras, pautando a observação imprescindível acerca da noção ontológica, histórico-materialista e dialética do ser social, imbricada nas pesquisas e provocações advindas do pensamento marxista. Tal objetivo reside no fato de que a crítica aqui desenvolvida, intenciona pautar um debate acerca da destituição ontológica presente em obras modernas do século XX que, não obstante, grandes obras de crítica à sociedade capitalista moderna, ancoram uma concepção de mundo longe de conceber a abstração da estrutura material societária em suas verdadeiras formas, levando em conta o trabalho, a produção, a troca, e principalmente a alienação enquanto cerne das relações sociais produzidas pela ordem societária do capital. Dessa forma, este terceiro e último capítulo consiste na análise entre as obras apresentadas e uma exposição inicial sobre a questão ontológica na perspectiva histórico-materialista dialética, capaz de contribuir, segundo pensamos, para o entendimento das formas da consciência humana através das reais estruturas societárias vigentes, bem como, da problemática que ronda as relações sociais de produção e da alienação.

3.1 - Formas de ser e formas de consciência

Durante o exame das categorias sustentadas por Karl Marx nos textos expostos, é possível reconhecer a ratificação da ontologia histórico-materialista e dialética enquanto cerne das relações sociais pautadas na atividade do trabalho, da produção e da reprodução social e suas implicações materiais e subjetivas. É de extrema importância se ater à prioridade ontológica que envolve a forma da atividade e a sociabilidade humana, em específico, às formas estruturais de dada formação social, no caso aqui considerada, da sociedade burguesa,

de modo a destacar que a análise, não só das determinações objetivas e subjetivas contidas nos Manuscritos de 1844, mas das determinações concretas discutidas no capítulo 1, “A mercadoria”, demonstram a síntese de determinações que implicam necessariamente nas formas do trabalho e das estruturas que respaldam a totalidade das formas complexas das relações sociais.

A categoria social do valor, extraída do movimento de troca da mercadoria, assume um papel inverso, não só enquanto consequência do movimento da mercadoria, mas de árbitro das relações sociais de produção, de forma que passa a determinar a vida humana em sociedade. Tendo isso em vista, é necessário salientar que as formas da consciência, partindo de uma análise marxista, são mediadas através da relação intrínseca da genericidade humana no que diz respeito à análise do desenvolvimento da natureza e da sociedade, com a consciência, isto é, ao que se produz subjetivamente e idealmente ao ser social, precedendo uma correspondente mudança material, ou seja, o que se produz e se põe enquanto extensão material do indivíduo na ambiência da totalidade material da sociedade, incitando a síntese de que o ser consciente não pode ser separado de sua consciência, tampouco das circunstâncias naturais e sociais postas em seu desenvolvimento enquanto ser social, voltadas às formas da atividade humana, conectando na noção de que a consciência tem forma, e esta forma é imbricada na relação do indivíduo com a totalidade sociomaterial que o cerca.

Assim, os complexos processos de formação da consciência imbricam em uma análise ontológica das formas do trabalho e da produção, que, na obra de Jean Baudrillard, aparece, segundo pensamos, de forma insuficiente. A inversão ontológica do autor francês posta na observação de uma sociedade “pós-industrial” (1970, pag. 43), e a prenúnciação de um “fim da transcendência” (1970, pag. 205) ao mesmo tempo em que se refere a uma noção de fetichismo da mercadoria através de uma ótica psicologizante e subjetivamente determinada através de estruturas abstratas de formação da consciência humana e das relações sociais, justapostas em uma representação da sociedade de consumo como determinante das relações de trabalho e produção. Essa inversão de ordens determinativas na posição ontológica implica na destituição das reais relações de precedência e preponderância entre os referidos complexos, o que, se distancia, e se perde, a nosso ver, da riqueza teórico-crítica estabelecida por Karl Marx e por outros autores marxistas que investigam sua obra até os dias atuais, de forma a impulsionar a crítica do presente trabalho: a lacuna na obra do autor francês ao tangenciar importantes temas relacionados às relações sociais no mundo de afluência do

consumo, que, no entanto, não alcança as reais formas e relações entre produção e consumo nas suas análises da sociabilidade burguesa moderna.

É importante levar em conta que Jean Baudrillard escreve em um contexto histórico e econômico marcado pelo fim dos chamados “Anos dourados”, de crescimento econômico e acumulação de capital nos centros hegemônicos do sistema mundializado, ou seja, um contexto econômico de capitalismo tardio² (Mandel, 1972), evidenciado pelo desenvolvimento de novas intenções mercadológicas voltadas para o lucro e para o consumo, demonstrando que o livro “A Sociedade de Consumo” resguarda uma posição importante no rol de obras críticas voltadas ao questionamento da sociedade moderna burguesa, e da observação da realidade social européia. Isso dito, é necessário contrapor as noções expostas ao longo do trabalho para melhor compreender, neste tópico, a importância de destrinchar e de manter um diálogo entre as obras de ambos autores acerca das formas da consciência, visto que tal categoria é admitida em cada caso de diferentes formas.

Como visto no Capítulo 2 da presente apresentação, em “Manuscritos Econômicos e Filosóficos” do ano de 1844, Karl Marx discorre acerca das formas da consciência intrinsecamente relacionadas ao mundo externo, à atividade e à sociabilidade, ou seja, é uma obra que se propõe a analisar a relação orgânica entre os processos de consciência e os processos que decorrem da atividade e da sociabilidade humana. Assim, é necessário reiterar a importância, em concatenar os movimentos observados na realidade material e as relações postas na sociabilidade atrelados às relações observadas dos complexos anteriormente citados, compreendidos para além da aparência e concatenados ao estranhamento do objeto. Nas palavras de Marx:

Esse fato nada mais exprime, senão: o objeto (Gegenstand) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez coisa, (sachlich) é a objetivação (Vergegenständlichung) do trabalho. A efetivação (Verwirklichung) do trabalho é a sua objetivação. (MARX, 1844. pag. 80)

² O Capitalismo Tardio (1972) é uma obra do importante economista belga, Ernest Mandel, que descreve o período atual do capitalismo moderno, pensado a partir da segunda metade do século XX.

Assim, a externalização do trabalho consiste, aqui, na formação do mundo exterior à medida em que a reificação da vida material se debruça em uma estrutura que, em totalidade, acaba por dominar seu criador. Através do conceito da alienação (a exteriorização como transferência e perda do objeto e de si), Marx considera que a produção e a mercadoria corroboram para uma evidência que se põe para além da aparência, o estranhamento do objeto ao seu criador é, necessariamente, imbricado na raiz genérica da relação do indivíduo com o ambiente natural à sua volta por intermédio do trabalho alienado, uma vez que a atividade produtiva correspondente a uma relação metabólica com o ambiente externo. Logo, a produção da mercadoria denota o consumo do mundo físico à medida em que é também consumido o trabalhador, em suas mais intrínsecas formas de ser. Trilhando uma associação aos elementos da economia política e à interconexão do trabalhador com a natureza, o autor afirma que a economia política oculta a categoria do estranhamento, uma vez que esta, desconsidera a existência do vínculo intransferível entre o trabalhador e a produção mercantil capitalista, relação esta que consiste na resposta imediata sobre o que é o trabalho e sua ligação com o produto: ambos advêm de um mesmo movimento, pautados na exteriorização como alienação e na objetivação.

Em “A Sociedade de Consumo” de Jean Baudrillard, é nítido a separação das formas da consciência de uma análise crítica mais extensa, mais exaustiva e mais profunda da realidade e da produção material capitalista ao contrário do que foi indicado e exposto nas considerações das teses de Karl Marx, de modo que sugerimos que o autor francês respalda-se numa visão psicologizante e subjetivante da práxis do consumo. Desse modo, o autor francês afirma que a prática do consumo consiste nas novas formas de consciência manipulada e impulsionada através da profusão da mercadoria, pautada no descobrimento da vida em sentido subjetivo. O desconhecimento do mundo que acomete o indivíduo, nesse estado melancólico de seu âmbito psicológico é o principal fator que instiga o consumo, uma vez que se trata da recusa do real respaldando-se no consumo descontrolado dos signos que de alguma forma se espelham na realidade. Dessa forma, o consumo é determinado através de um conjunto de signos. Para Baudrillard, a vida humana passa a ser dominada por uma interpretação ilusória pautada na transcendentalidade. Tal visão provoca a noção inegável de que o fator que controla o indivíduo, e, conseqüentemente as relações sociais que rondam o espectro da cotidianidade, faz parte de um conjunto de representações subjetivas do inconsciente, em que o autor explora, se debruçando em uma representação das figuras fantásticas de um consciente humano pautado na idealização do objeto, culturalmente

impulsionado pelo momento histórico da profusão. Ao discorrer sobre a noção imagética do consumo, Baudrillard revela que o sistema de necessidades humanas é o que constitui o sistema de produção e sua faceta específica de afluência e hipertrofia:

Na realidade, não são as necessidades o fruto da produção, mas o sistema das necessidades que constitui o produto do sistema de produção - o que é inteiramente diferente. Por sistema de necessidades, queremos dizer que as necessidades não se produzem uma a uma em relação aos respectivos objetos, mas se suscitam como forma consumptiva e como disponibilidade global no quadro mais geral das forças produtivas. Nesse sentido, é possível afirmar que a tecno-estrutura estende o seu domínio. A ordem de produção não agarra em proveito próprio a ordem de fruição (para falar com propriedade, semelhante fato é absurdo). (BAUDRILLARD, 1970. pag. 74)

Aqui, é de extrema importância compreender que Baudrillard assume o entendimento da existência de um sistema de necessidades respaldado pela sistematização da razão das forças produtivas, ao nível individual. Dessa forma, o autor relaciona a necessidade do consumo impulsionada pelo sistema de produção enquanto algo despendido através da cultura, ao passo em que conduz uma crítica ao pensamento empirista, pois este enxerga o indivíduo como fim em si mesmo, e entende a representação consciente do indivíduo como a lógica dos acontecimentos. Na concepção do autor, a visão empirista é análoga à uma noção distorcida da realidade, uma vez que configura-se como um simples mito (como já indicado acima). Desse modo, para Baudrillard, deve-se enxergar as necessidades como um sistema anterior ao próprio indivíduo. Assim, é feita uma analogia entre a histeria e as doenças psicossomáticas com o mundo dos objetos e das necessidades. No plano sociológico é possível admitir que, se presumir que a necessidade, na verdade, não é do objeto mas da diferenciação que percorre o imaginário coletivo, é possível compreender o porquê a acumulação de objetos não determina a satisfação completa nem a definição de necessidade.

Tendo isso em vista, percebe-se que Baudrillard se apoia na razão tida na cultura e na representação imagética do objeto como determinante do consumo, e, por conseguinte, como

peça essencial para a condição fundante da sociedade moderna: a perda da essência humana, não no processo alienado da atividade produtiva, mas do processo exacerbado do consumo pautado em necessidades fantasmagóricas. Assim, é imprescindível citar também, que Jean Baudrillard tangencia uma poderosa linha ontológica no momento em que discorre acerca das determinações do estranhamento enquanto externalização da vida e a perda da vitalidade humana, no entanto, é possível compreender que o autor entende a profusão da mercadoria e a objetivação do objeto através de uma evidente dinâmica de determinações reflexivas, desistindo das formas categoriais da produção e do trabalho (o que se evidencia na noção que o autor assume de “sociedade pós-industrial”). Entendendo sobre a importância do peso histórico e científico imbricado no entendimento das formas reais da consciência em uma análise voltada à materialidade da vida humana, a argumentação de Baudrillard se refugia em um espaço turvo de reflexão subjetiva da categoria do estranhamento, evidenciando que tal categoria se alinha em bases sólidas de uma materialidade, porém, voltada ao alicerce de trabalhos abstratos e se respaldando na concepção psicológica individual enquanto principal alvo para a determinação do consumo.

Desse modo, é evidente onexo entre as formas da consciência e as formas da atividade e sociabilidade na obra de Karl Marx, no entanto, pode-se perceber a dissolução de tais categorias na argumentação de Jean Baudrillard ao notar a turvação contida, precisamente, no distanciamento de uma análise das reais formas materiais e concretas de consciência pautadas na atividade material do trabalho, em termos mais precisos, do trabalho no capitalismo, como trabalho explorado, produtor de mais-valia. O autor francês demonstra uma bagagem rica em desdobramentos pertinentes e instigantes acerca da sociedade de consumo, no entanto, é necessário evidenciar a dinâmica insuficiente demonstrada através da relação traçada entre a cultura, o indivíduo, o consumo e a psicologia com as determinações das relações sociais tendo em vista a análise da sociedade capitalista em meados da década de 1960, possibilitando uma visão hipertrófica e deslocada de uma consciência alicerçada na abstração humana em sua forma mais devastadora, no interior de um fetichismo voltado ao desejo do consumo.

Em contrapartida, em Marx, como citado anteriormente, o fetichismo vai muito além de um simples elemento psicológico, uma vez que, é a compreensão não só da realidade objetiva e material da mercadoria, mas do processo de produção e reprodução mercantil capitalista como totalidade, como o que orienta o entendimento de tal fenômeno em suas

consequências gerais e específicas. Assim, as relações sociais pautadas na realidade do valor abstrato e na troca, resultam na ocultação das formas verdadeiras da consciência em um movimento intrínseco à realidade material histórica e dialética do capital. Sem o entendimento das categorias centrais do trabalho (explorado, produtor de mais-valia) e da produção e reprodução (ou acumulação) de capital, não seria possível a compreensão ontológica das relações sociais, que orientam a visão crítica ao entendimento de que o fetichismo é parte de uma realidade materialmente, socialmente e ativamente determinada.

3.2 - A produção como precedente ao consumo (relações de preponderância e reciprocidade)

Tendo em vista a importância de relacionar a produção e o trabalho enquanto complexos categoriais fundantes e prioritários na concepção do que é de fato, o consumo, é necessário citar a produção de Karl Marx no ano de 1857, os chamados “Grundrisse”, que consistem numa série de textos manuscritos em que o autor alemão avança provocações acerca da constituição da economia política, e que culminam, mais tarde, no pontapé inicial que garante o desenvolvimento do primeiro volume, d’O Capital.

É de extrema importância para o presente trabalho a discussão e a breve exposição da crítica desenvolvida por Marx na “Introdução” deste importante conjunto de textos, no intuito de destrinchar ainda melhor, em uma visão materialista dialética, a relação entre a produção, distribuição, troca, e consumo. Como visto, o autor parte da análise simples da produção social enquanto atividade naturalmente determinada, traçando um paralelo entre a relação dos indivíduos com seus semelhantes em diferentes tempos históricos, de forma em que é possível notar um crescimento tendencial diretamente proporcional: quanto mais se avançam os séculos, as forças e as capacidades produtivas sociais, mais individualizados e desprendidos do coletivo se encontram os indivíduos que produzem. Marx evidencia que toda produção analisada é a produção de um determinado tempo, e tendo isso em vista, o autor se concentra em desenvolver as provocações e análises acerca da produção social determinada na sociedade moderna burguesa. É imprescindível entender, no bojo dessas reflexões, que a produção em geral é uma abstração razoável, que fixa elementos comuns em todos os

estágios do desenvolvimento da produção humana, bem como, denota etapas e elementos específicos de cada momento histórico.

A necessidade de destrinchar os aspectos gerais da produção implica na compreensão de que a atividade produtiva é impossível sem trabalho acumulado, passado de gerações, desenvolvido e arquitetado. Assim, Marx alude que o próprio capital é consequência da produção social. Por outro lado, se houver um desconhecimento da especificidade que ronda o trabalho acumulado historicamente, ignora-se o aspecto social, mutável e finito do capital. O autor, em um primeiro momento, limitando-se a um exame da realidade tendo em vista as posições dos economistas, caracteriza a produção em diversas formas: produção particular, geral, e como consumptiva. Nessa perspectiva, a produção sempre se ramifica em outras produções particulares (agricultura, pecuária, etc), no entanto, toda a produtividade socialmente criada atende ao imperativo do corpo social de tal forma que o sujeito, enquanto indivíduo, nunca se desassocia de seu papel enquanto sujeito social, atendendo à uma totalidade, independente dos ramos específicos que esta produção se encarregue. Nesse ponto, Karl Marx realiza uma crítica aos economistas que entendem a produção enquanto dependente de condições gerais absolutizadas, uma vez que tal postura desencadeia o obscurantismo ao redor das determinações simples e históricas que rondam o espectro da produção. Reconhecendo a problemática em torno da noção que concebe as condições gerais enquanto processos decorrentes de condições que fomentam a produção, ou seja, que os aspectos gerais imbricados nas relações de produção de uma dada sociedade, imprimem o sentido de que as condições naturais, e os elementos subjetivos e objetivos (condições geográficas, nacionais) podem criar, diretamente, a riqueza. Tal noção tautológica advém de um pensamento enrijecido nas bases do conhecimento econômico liberal que concebe a atividade produtiva enquanto simples condição para a criação de riqueza.

É necessário frisar que o autor se atenta em expor a incoerência no pensamento liberal que considera a ordem de produção enquanto lei natural, independente da história. Muitos economistas, ao pensar na produção enquanto dependente de condições ambientais gerais, consideram a propriedade privada como bem tão natural quanto. Marx salienta que, tendo em vista a obviedade de que toda produção é apropriação da natureza, mediada no interior de uma sociedade, é também uma tautologia o pensamento de que a propriedade é uma condição natural para a produção, ainda mais que esta seja a propriedade privada. Existem propriedades comunais que produzem de maneira coletiva e socialmente determinada. O

pensamento liberal de que a propriedade é uma condição para a produção, e, por conseguinte, é naturalmente uma condição para o desenvolvimento de riqueza em uma sociedade, é, para Marx, risível, e errônea. Em suas palavras:

Quando as condições sociais correspondem a determinados estágios da produção começam a se formar, ou quando, desaparecem ocorrem naturalmente perturbações na produção, muito embora com grau e efeitos distintos. Para resumir: para todos os estágios da produção há determinações comuns que são fixadas pelo pensamento como determinações universais; mas as assim chamadas condições universais de toda produção nada mais são do que esses momentos abstratos, com o os quais nenhum estágio histórico efetivo da produção pode ser compreendido. (MARX, 1857. pag. 61)

Tendo isso em vista, é de extrema importância salientar os apontamentos do autor sobre a relação entre produção, distribuição, troca e consumo, de forma a fixar o entendimento de que a produção, enquanto socialmente determinada, cumpre com um papel além da criação de objetos, mas alimenta o ciclo do consumo e da esfera de distribuição. O autor direciona uma crítica aos economistas, que compreendem, de forma geral, que produção é a simples apropriação da natureza para a criação de bens de consumo, a distribuição é o recurso que determina em proporção quantitativa o que o indivíduo acessa dos objetos de uso; a troca exige a equiparação dos produtos, e o consumo é simplesmente o desfrute dos objetos, em que o objeto se esvai desse movimento social e se torna puramente o objeto de uso das necessidades de indivíduos particulares. Tendo em vista esta leitura, a produção se torna o ponto de partida, enquanto o consumo representa o fim de um caminho, em que os papéis coletivos e individuais são cumpridos seguindo uma lógica operativa e linear.

Na produção, a pessoa se objetiva, na pessoa, e a coisa se subjetiva; na distribuição, a sociedade assume a mediação entre produção e consumo sob a forma de determinações dominantes; na troca, produção e consumo são mediados pela determinabilidade contingente do indivíduo. (MARX, 1857, pag. 62)

Tendo em vista a preponderância e o peso tônico da produção nas interações reais e nas determinações reflexivas, é necessário assumir também que o consumo, enquanto finalidade em si, não só fomenta o movimento da produção enquanto fim da esteira reprodutiva, mas retroage enquanto necessidade humanamente insaciável, de forma a alavancar e direcionar o caminho da produção, como um ciclo, que se orienta a partir da própria finalidade. A produção é imediatamente consumida, apresentando caráter duplo, subjetivo e objetivo, uma vez que o indivíduo consome-se no ato da produção, levando em conta que o trabalho é inevitavelmente um gasto de força vital; são igualmente gastos, na atividade produtiva, as matérias primas e os instrumentos de trabalho. Os economistas levam em conta esse tipo de consumo produtivo em direta semelhança com o consumo propriamente dito. Seguindo essa lógica, o consumo também é produção a partir do momento em que se considera que o consumo de elementos a natureza é imediatamente a criação de outro, como por exemplo, a reação química que consome átomos de glicose para a produção de moléculas distintas. Dessa forma, a produção é, logicamente, consumo e vice-versa; o consumo é imbricado na produção da mesma maneira que a produção é mediada pelo consumo, de forma tão profunda que, em uma reprodução que assume caráter cíclico, o consumo, como meio de subsistência humana, assume o papel de manter a atividade produtiva para fomentar e continuar a reprodução do ciclo, de tal forma, que, sem o consumo, a produção não faz sentido, e sem produção, não há o que consumir.

Marx salienta uma importante observação: a diferença entre o produto e um objeto natural consiste no atravessamento que o consumo supõe enquanto determinante para a existência do produto, de forma que, o significado subjetivo por trás do objeto possa ser encarado nas vias de fato através da noção de finalidade que este objeto tem socialmente. Por exemplo, uma roupa é produto à medida em que é vestida e consumida em correspondência com sua função, dando razão e sentido para a produção, bem como, servindo de objeto de uso ao indivíduo ativo. Tendo em vista essa relação de interdependência, uma vez que a produção tem sua finalidade voltada à oferecer materialmente o objeto que será consumido, o consumo, idealmente, e, de forma subjetiva e anterior, pressupõe o impulso para a criação do objeto. É imprescindível citar que tal noção se orienta em uma via de mão dupla, uma vez que, se o consumo pressupõe idealmente a produção, esta última cria o consumo, levando em conta a possibilidade de determinar o seu caráter, e sua própria finalidade. Em síntese, um objeto

nunca é apenas um objeto, este responde à determinação social que faz dele um produto, por isso é necessário levar em conta o aspecto subjetivo que o consumo imprime para a produção, orientando não só o tipo de produto que será criado, mas também o modo do consumo. Nas palavras de Marx, “a produção não apenas fornece à necessidade um material, mas também uma necessidade ao material” (pág. 66). De fato, o consumo que atende às necessidades humanas subjetivas é mediado pelo objeto, denotando o sentido de que a própria necessidade que o consumo assume é criada a partir da percepção do objeto. Dessa forma, a produção cria o consumo, o precede, uma vez que, além de construir o material que será consumido e determinar o modo em que será consumido, concebe como necessidade do consumidor os produtos que já foram postos na realidade social.

Nesse ponto, Marx anuncia dois aspectos que pressupõe a relação entre consumo e a produção: a mutualidade, o fato de que tais categoriais se medeiam, ou seja, são entropostas de forma a indicar a dependência insuperável entre elas, bem como, frisa o aspecto mais profundo que ronda tal relação: além de serem mediados um pelo outro, o consumo e a produção criam-se a medida em que se realizam em sua especificidade.

o consumo, portanto, não é apenas um ato conclusivo pelo qual o produto devém produto, mas também o ato mediante o qual o produtor devém produtor. Por outro lado, a produção produz o consumo na medida em que cria o modo determinado do consumo e, depois, o estímulo ao consumo, a própria capacidade de consumo como necessidade. (MARX, 1857. pag. 67)

Tendo isso em vista, Marx salienta a importância de pensar criticamente a respeito de uma visão hegeliana estreita que permite o entendimento de que consumo e produção são idênticos enquanto categorias simples, que figuram em momentos particulares e gerais, cumprindo papéis naturalmente concebidos. Dessa forma, o autor se atenta para a compreensão imprescindível de que fatores externos também atravessam essas categorias, como os meios de produção, o capital fixo etc. A importância maior reside no fato de que, a atividade produtiva é o único ponto de partida para a efetivação real do consumo, este, enquanto necessidade básica e vital, configura-se enquanto momento interno da produção. Aqui, é necessário frisar que a produção é o momento predominante da realização do

consumo, uma vez que, é a partir da mesma que se desdobram, subjetivamente e objetivamente, os aspectos mais gerais da atividade vital humana. Se, ao analisar o momento em que o sujeito, enquanto corpo coletivo, a atividade produtiva e consumo entram em cena, a produção certamente é o processo pelo qual todo o ato transcorre.

Ao analisar a obra “A sociedade de Consumo” de Jean Baudrillard, é possível aferir semelhante crítica que Karl Marx fez aos economistas em *Grundrisse*: na obra do autor francês, há a alusão fantástica de que o consumo determina a vida humana de forma arbitrária, envolvendo as esferas subjetivas e objetivas, de modo a engendrar na sociedade moderna a condução desenfreada da vida humana pela necessidade, pelo desejo enquanto gatilho psicológico. Baudrillard, afirma que todo o processo que conduz as forças produtivas e, conseqüentemente, a hipertrofia do consumo, constitui a sociedade moderna vigente, respaldada no processo de produção. No entanto, reitera que o imperativo do consumo consiste em um processo geral muito maior que os anteriores, respaldando um sistema de valores culturais e determinados. O autor alude uma menção à condição da classe trabalhadora em face do fundamento da ordem mercantilizada e individualizante da vida humana, enfatizando as dificuldades de organização e articulação do grupo, sobretudo, ao obedecer os impulsos individuais motivados através da mídia, e de categorias centrais de persuasão no sistema de consumo. Baudrillard entende que a classe trabalhadora só se põe enquanto grupo digno e com direitos, desde que se comporte em completa desorganização, no entanto, esse tema é pouco discutido no livro, e o foco na questão do consumo enquanto árbitro das relações sociais contemporâneas se dá de forma tão incisiva, que a discussão sobre os conteúdos do trabalho e da produção é percebida de forma oculta, pouco explorada e pouco fecunda.

Em conclusão, o autor entende que o mito do consumo envolve o caráter metafísico da mercadoria, e que, evidentemente, demonstra o caráter mais raso e valorizado do gênero humano, em prol do sistema vigente, promove a consumação de bens abstratos, como a personalidade, a sexualidade, a ideia do prazer, da liberdade, e a manipulação dos conceitos de tempo, como visto anteriormente.

Para Baudrillard, o processo de personalização consiste na incorporação de personalidades individuais, míticas, irrealis, fruto da manipulação e da discricionariedade ambígua dos signos. A falsificação da realidade material, para o autor francês, é fundamentada na reprodução sistemática dos modos de consumo historicamente explorados,

através do *mass media*, da publicidade e da arte, compreendendo uma realidade caricatural, pautada no mito da mercadoria, que, em suas bases mais sólidas, é engendrada, antes de mais nada, nos valores culturais e distópicos do consumismo.

À vista disso, é necessário discorrer acerca da importância de considerar as formas da atividade produtiva enquanto cerne de um processo de desenvolvimento societário, bem como, precedente da relação subjetiva entre o indivíduo e o consumo, que, ainda que seja parte relevante da subjetividade e do ciclo que reproduz através da objetivação da consciência humana, consiste em uma categoria, dentre outras que devem ser alicerçadas em uma análise orientada para a investigação das relações sociais de forma a considerar uma perspectiva que culmine em um horizonte de mudanças. Decerto, as contribuições críticas de Baudrillard engendram a bagagem cultural do contexto histórico em que foram produzidas, bem como, representam uma importante crítica social e filosófica à publicidade voltada à massa, à indústria cultural e ao sistema de signos mantidos e sustentados pela retroação do consumo e suas consequências na realidade material. Contudo, é necessário reiterar que o simulacro da realidade, dado através da condição metafísica da mercadoria, não é o suficiente para compreender a totalidade dos fundamentos que constituem as bases práticas da realidade social que, por sua vez, se desenvolvem a partir do consumo, e, principalmente, da objetivação do trabalho, da forma do valor de troca, da mercadoria, da alienação, e da totalidade da produção e da reprodução capitalista, ininteligíveis as estruturas de mais-valia e da acumulação capitalista, algo não considerado suficientemente nas instigantes elaborações de Baudrillard

3.3 - O fim da transcendência e as vicissitudes de processos emancipatórios

Por fim, é de suma importância se atentar ao ponto nuclear, que ronda como um espectro as relações sociais reificadas expressas em todas as exposições no referido trabalho: a alienação, categoria analisada por Karl Marx em diversas obras, bem como, reconhecida por Baudrillard enquanto a relação fundante do espelhamento místico da sociedade moderna tomada pela profusão da mercadoria. A análise do filme "O Estudante de Praga" (1913), citado anteriormente, em que o protagonista, jovem estudante que se encontra com dificuldades financeiras, faz um acordo com o Diabo, que consiste na troca simples entre sua

imagem no espelho por dinheiro, serve como ponto de partida para o entendimento de Jean Baudrillard acerca da alienação enquanto ilustração fantástica da supressão do indivíduo, e, concomitantemente, a sua duplicação. O estudante perde sua figura no espelho, no entanto, esta volta a assombrar-lhe em sua vida cotidiana, colocando em risco seu bem-estar e sua própria existência em sociedade. A estória incorpora uma reviravolta que culmina na vontade desmedida do estudante em aniquilar o seu duplo, desencadeando um confronto físico que culmina em sua própria morte. Baudrillard discorre sobre o filme no intuito de aludir às relações que rondam o indivíduo e a própria imagem enquanto reflexo do espelhamento e da exteriorização do indivíduo em uma sociedade moderna que se respalda no simulacro da mercadoria. Analisando o sentido da imagem humana, respaldada em um sistema de representações simbólicas na conjuntura societária vigente, bem como, elaborando a relação entre o aspecto fantástico, imagético e as ações humanas, denotando a existência de um mundo criado à imagem da humanidade, de forma a deixar claro a exteriorização do vínculo entre o mundo externo, e o sujeito particular.

De fato, a imagem espelhada do indivíduo enquanto imperativo para controlar de forma arbitrária a vida humana, implica na noção de que, enquanto uma cópia de si mesmo, o sujeito, parte integral dessa sociabilidade, encontra-se alienado. Baudrillard, realizando uma leitura profunda da produção em longa-metragem, e observa, como já dito anteriormente, que a imagem do protagonista ainda se mantém refletida no espelho, que, nas palavras do autor:

Tal é o dado primitivo do filme. Mas, este não se contenta com uma efabulação geral, apresentando em seguida o sentido concreto da situação: a imagem não se perdeu ou aboliu, -poder-se-ia dizer- e é esse justamente o sentido da alienação social concreta. Depois, que o Diabo possa meter no bolso esta imagem como objeto, constitui igualmente a ilustração fantástica do processo real de fetichismo da mercadoria: a partir do momento em que são produzidos, o nosso trabalho e os nossos atos caem fora de nós, fogem-nos, objetivam-se e vão literalmente, dar a mão ao Diabo. (BAUDRILLARD, 1970. pag. 202)

Dessa forma, é possível compreender, que, na obra de Jean Baudrillard, a representação da alienação social e concreta se dá através da análise de um filme que se restringe à relação do indivíduo com a própria imagem. O entendimento da alienação enquanto consequência direta da objetivação que mantém o indivíduo como um estranho a si

mesmo, parte de um movimento que efetiva o sentido subjetivo e imagético como essencial, entrepondo-se na relação da consciência humana consigo mesma, a fim de demonstrar o espectro psicológico da alienação.

Ao discorrer sobre a obra “A História Maravilhosa de Peter Schlemihl” de Adelbert von Chamisso (1814), em que, o personagem central vende sua sombra ao diabo, também em busca de melhores condições financeiras, descobre que tal venda pode custar a sua vida social. Portanto, nas duas obras apresentadas pelo autor, o valor de troca e a lógica da mercadoria se imbricam ao fenômeno da alienação. Nas obras, a parte dos protagonistas que são espelhada e roubada, respectivamente, demonstram um fenômeno real da socialidade humana, mostrando que, a exteriorização é presente de tal forma que toda a perda de humanidade contida no indivíduo é literalmente transformada em uma imagem ilusória, que vaga pelas relações sociais de forma a assombrar seu dono.

Jean Baudrillard cita que a força de trabalho, vendida através da lógica do feitiço da mercadoria, é o que demonstra o maior exemplo da alienação: esta se volta contra o indivíduo, o produto objetivado perde seu sentido, de forma que a profusão, as formas de deturpação da esfera psicológica humana e os mitos que envolvem o imaginário coletivo, configuram-se enquanto frutos do espelhamento do ser, ou seja, do não pertencimento de si mesmo. O autor é claro ao afirmar que o processo de alienação não pode ser ultrapassado, pois este se constitui enquanto estrutura fixa do sistema de signos.

No item “O fim da transcendência” (1970, pag. 134), Baudrillard, fazendo uma referência ao filósofo alemão pertencente à Escola de Frankfurt, Herbert Marcuse, confirma que a era do consumo, sob o signo do capital, é necessariamente a era de uma alienação tão exuberante que, ao generalizar, através da lógica da profusão da mercadoria, os demais aspectos da vida humana (sexualidade, as pulsões individuais e as relações sociais) também são alienados à esta lógica sistemática, reiterando que, além do controle do lucro, a sociedade moderna realiza a manipulação das imagens, dos signos e do consumo. A alienação, para o autor, ao imbricar em uma essência desviada do ser humano, demonstra o caráter mítico de toda a estrutura social, de forma que, mesmo a produção, está elencada na sistematização imagética e fantástica das formas desviantes e espelhadas dos signos. O processo de consumo, nas palavras do autor: “não é processo de trabalho e ultrapassamento, mas processo de absorção de signos e de absorção através de signos” (pág. 205). Tal apontamento, para Baudrillard, demonstra a impossibilidade da transcendência, ou de reversão e superação

dessas formas presas a um circuito fechado. Dito isso, o autor nega a existência da contradição do ser e da relação problemática travada entre a aparência e a essência, uma vez que, a combinação de representações e a mistificação da mercadoria estabelece a única coisa tangível na sociedade de consumo: a emissão de signos. Com o exemplo do seguinte trecho:

Dá-se apenas a emissão e a recepção de signos, abolindo-se o ser individual no interior dessa combinatória e no cálculo de signos... O homem do consumo nunca encontra-se perante as próprias necessidades, como também se vê jamais diante do produto de seu trabalho, também nunca se defronta com a própria imagem: é a imagem do signos que o ordena. Acabou-se a transcendência, a finalidade, o objetivo: a característica de tal sociedade é a ausência de reflexão e de perspectiva sobre si própria. (BAUDRILLARD, 1970. pag. 206)

Assim, Jean Baudrillard compreende a combinação que se dá através da relação do indivíduo com o mundo exterior, enquanto determinada pelo processo generalizado do consumo, este que nega a realidade de uma consciência humana voltada à potencialidade objetiva e subjetiva do ser. Para o autor, já não existe mais alma e nem essência, uma vez que a sociedade moderna exclui a si própria ao subtrair de seu núcleo o indivíduo real, transformando a composição da realidade em uma totalidade de mitos, em prol de manter-se encurralada pela arbitrariedade do simulacro do consumo.

Em síntese, é possível perceber a visão de Jean Baudrillard a respeito da irrupção maléfica da profusão do consumo: este é tão exorbitante e tirânico que a vida humana, o produto, o trabalho e as demais categorias que compõe a realidade material se excluem em razão do espelhamento desviante causado pela alienação, esta que gira em torno da alteridade do indivíduo, da criação de um duplo, do realinhamento calculado pela ambivalência do consumo, de forma que a consciência humana, de ser e existir, enquanto peça central da realidade material, se encontra cercada, sem saída. Dessa forma, Baudrillard afirma:

O sujeito é a ordem dos sinais. Quer esta se define estruturalmente como instância de um código ou, de modo empírico, como a ambiência generalizada dos objetos, a implicação do sujeito de qualquer maneira, já não é a de uma essência alienada, no sentido filosófico e marxista do termo, ou seja, desapossada e readquirida por uma instância alienada, feita estranha para si mesma. Deixou de ser possível falar de “mesmo” e "sujeito", e até de alteridade do

mesmo e de alienação, no sentido próprio. (BAUDRILLARD, 1970. pag. 206)

Aqui, é necessário apontar que, enquanto teórico que entende os processos que rondam o espectro da produção, do trabalho e da alienação, Jean Baudrillard, ao considerar a sociedade de consumo enquanto árbitro da vida humana coletiva e individual, bem como, ao entender o processo de consumo de objetos enquanto totalmente voltado à uma questão lúdica, imagética e irreconciliável com os produtores, evoca a noção de que a estrutura da sociedade mercantil, pautada, principalmente na desfiguração do indivíduo em suas formas de consciência e de ser, é irremediavelmente progressiva e imutável. Tendo em vista que o próprio indivíduo consumidor dá lugar à sua própria identidade ao fazer parte da imanência da ambivalência dos signos, representações essas que o criam e o modificam à medida em que a sociedade e o lucro se adequam ao feitiço da mercadoria, é possível aferir que o processo de alienação não tem escapatória.

Karl Marx, ao realizar o exame da realidade material, concreta e prática da sociabilidade do capital, demonstra, em uma brilhante análise, a relação intrínseca que a alienação, enquanto categoria que perpassa a relação de transferência pautada na desapropriação da atividade produtiva, é uma categoria que apresenta desdobramentos e formas voltadas ao imperativo, não da ambivalência oculta dos signos, mas da concreticidade reveladora e clara da sociabilidade burguesa. O trabalho, substância vital e central da ontologia do ser social, constitui-se, nas relações sócio-históricas da propriedade privada, enquanto categoria imprescindível para a compreensão da alienação, uma vez que esta se dá, principalmente na relação do produtor com o produto, antes de se desdobrar na relação do consumidor com a realização fantástica da mercadoria, ou seja, em uma visão crítica, é a partir da alienação da atividade do trabalho que o indivíduo não se reconhece enquanto sujeito livre e dotado de potencialidades intrínsecas ao gênero humano.

O longo estudo sobre o caráter da mercadoria, engendra o conhecimento de que a mesma é nada mais que a aglutinação do valor de uso com o valor, expresso através da criação de um valor de troca, que, por sua vez, é categoricamente asoberbado do trabalho humano, que se constitui enquanto sua substância. Tendo em vista o caráter duplo da mercadoria, é possível afirmar que este corresponde, igualmente, ao duplo caráter do trabalho (o trabalho abstrato, o trabalho concreto) a medida em que as relações sociais que rondam o espectro da atividade produtiva se incorporam ao movimento advindo da particularidade

sensível-suprassensível das mercadorias e, em uma reação própria às contradições societárias, moldam-se através das relações de produção travadas em uma determinada organização social: a do capital. Assim, entendendo as facetas e as reproduções materiais contidas na realidade societária burguesa, Marx desenvolve a análise material, comprometida com a leitura real das relações sociais de forma a instigar o exame por detrás da condição fundamental do estranhamento do trabalho, escancarando, dessa forma, as contradições travadas entre a propriedade privada e o trabalho, seguindo para a brilhante constatação, já mencionada anteriormente, de que o trabalho estranhado é nada mais do que o fenômeno, humanamente vital, que é metamorfoseado à medida em que o propósito natural de produção coletiva e humana é desvinculado da realidade do ser, e, passa a se apresentar no grande quadro social de forma a moldar a atividade produtiva, em prol do lucro dos proprietários capitalistas. Dessa forma, e, através de todo o conteúdo exposto, é necessário concluir que as relações sociais que se interpõem entre o homem e sua atividade produtiva, traduz o conflito das classes sociais. Assim, o conceito trabalhado ao longo de toda a pesquisa, encontra em Marx sua significância voltada à atividade produtiva, em que, em processos de produção e sociabilidade historicamente determinados, o trabalhador, ao se desefetivar do processo de produção está alheio à atividade vital e à reprodução material da vida. Assim, a externalização do trabalho consiste, aqui, na formação do mundo exterior à medida em que a retificação da vida material se debruça em uma estrutura que, em totalidade, acaba por dominar seu criador.

É primordial, portanto, postular sobre a necessidade de encarar o fenômeno da exteriorização, discutido pelo autor nos Manuscritos Econômicos e filosóficos (1844), enquanto perda de vitalidade, enquanto transferência de forças vitais ativas, bem como, gasto de energia e tempo para modificar a natureza, admitindo que o trabalho, enquanto força motriz da realidade humana é o que constitui, principalmente, o ser social enquanto tal. É através desta categoria, que Marx constata o fato de que a produção, o duplo caráter da mercadoria, e as relações sociais enredadas pelas condições materiais e de produção, corroboram para uma evidência que se põe para além da aparência, ou seja, a atividade produtiva e a confecção de objetos de uso, espelham o fato de que o consumo do mundo físico é também o consumo da força física e mental do produtor. O consumo, portanto, evidencia, e, suas determinações no modo de produção societário burguês, indicam, em última instância, uma humanidade antropofágica e auto destrutiva. Em suma, entender que o estranhamento da produção corresponde à uma humanidade disfuncional nos mais diversos

sentidos, é de imprescindível importância, uma vez que, em uma visão determinada através do entendimento da ontologia do ser social, o ser humano que se diverge de sua potencialidade natural, e se desloca de seu gênero coletivo e universal, é vítima de uma existência sem valor humano concreto. Decerto, o exame do estranhamento orienta a constatação de que tal fenômeno evidencia a relação contraditória entre a genericidade humana e a hipervalorização de um mundo voltado à perda de si mesmo, pela subversão e submissão das forças produtivas aos processos de valorização do valor.

Tendo isso em vista, bem como, considerando o aspecto universal e natural da produção e reprodução da vida humana através do ato de produzir objetos de uso, pode-se sinalizar que existem, no cerne da humanidade, seres capazes de modificar a natureza inorgânica e o ecossistema de forma a estruturar e desestruturar modelos de produção e de distribuição para além de uma ordem capitalista. É nesse ponto que é tangível uma ratificação de extrema relevância: existe, no cerne desse estudo de concepção marxista, o entendimento de que a potencialidade humana na construção e desconstrução do mundo material ao redor, é capaz de determinar a orientação das forças produtivas para uma organização social específica, o que implica instâncias sociais, mediadoras, mais complexas, como por exemplo a política, a ciência e a filosofia, a arte, entre outras. Desse modo, é necessário desenvolver a contraposição à posição de Jean Baudrillard acerca do “fim da transcendência”, uma vez que, se, com a profusão da mercadoria e a opulência do consumo, não há mais consciência humana, nem alma, e a única coisa restante na vida coletiva é a misticidade de uma existência pautada no espelhamento. Logo, a capacidade humana de produção da vida objetiva e subjetiva já não lhe pertence mais, e é nesse ponto que o estudo ontológico do ser social, do trabalho e de instâncias sociais reprodutivas mais mediadas, permite a vicissitude de um horizonte de projeção voltado à superação dialética da alienação, dito de outro modo, da emancipação da classe trabalhadora e dos destituídos em geral dos meios de subsistência, de consumo, e de produção.

Ora, se a produção e a reprodução da vida são tão naturais e essenciais a ponto de determinar o curso da história, e se relacionar intrinsecamente com processos culturais e individuais, dessa forma, a naturalidade em que se desenvolve o pontapé inicial da vida social humana é entendida enquanto parte vital e pulsante da humanidade, e esta, não tem fim. Não há, portanto, modo de produção socialmente estruturado que possa ser eterno e capaz de destituir da humanidade seu aspecto mais vital. O estudo da alienação e da categoria e das

formas do valor, em Marx, permite a percepção da perda do sentido genérico da vida humana, ao passo em que permite o vislumbre da possibilidade de sua restituição.

Considerações finais:

A partir da reunião dos conceitos apresentados durante o presente Trabalho de Conclusão de Curso, é possível aferir a pontualidade do tema, dado o contexto histórico e cultural observado na realidade material contemporânea, através da ótica de uma classe trabalhadora que lida diariamente com as contradições de classe, com as expressões da questão social, a reprodução ampliada e desenfreada do capital, bem como, suas crises cíclicas e intermináveis. Tal contexto acende um alerta no que diz respeito ao campo acadêmico, sobretudo, das ciências humanas e sociais, uma vez que, é possível observar a evolução de pensamentos antimarxistas e atrelados à uma agenda neoliberal que corresponde ao projeto político societário burguês.

No presente trabalho, foi exposto a necessidade de considerar, ainda nos dias atuais, as obras de Karl Marx enquanto referência válida e fecunda para uma análise profunda e estrutural da macro esfera social, tendo em vista o modo de produção vigente. Em outras palavras, é de suma importância compreender ontologicamente as raízes de um fenômeno humano atrelado à manipulação da atividade produtiva, das formas de ser e de consciência humanas, bem como, apontar para o principal objetivo da existência de trabalhos como este, o reconhecimento do estatuto e das categorias da realidade, tanto em sua materialidade e como em seu devir, o que abre para horizontes de perspectiva de mudanças e transformações societárias afirmadas como possíveis e necessárias.

A obra de Jean Baudrillard, instigante e pontual na tese em que se propõe a desenvolver, provoca, em um leitor crítico, a necessidade de ter um enfoque acerca da substancialidade em considerar um caminho de projeção para um horizonte de mudanças, uma direção que permita o entendimento profundo do movimento real que determina o consumo, a produção e as relações sociais, no intuito de pensar a necessidade de emancipação da classe trabalhadora, como única forma concreta e possível para a ambiguidade de uma vida humana pautada na contradição dos signos, na fantasia por detrás das representações de objetos. No livro “A Sociedade de Consumo” não há sequer uma menção às classes sociais, bem como, não há, para além de alusões genéricas e imprecisas, o reconhecimento aprofundado de um movimento da ordem societária burguesa por detrás da cortina do consumo.

Ter isso enquanto pressuposto para a investigação de uma destituição ontológica contemporânea, abre portas para uma análise ainda mais necessária: o campo das ciências sociais e humanas é habitado por inúmeros autores que não enxergam a perspectiva da totalidade social, nem dos fundamentos e categorias que abrem para as investigações e possibilidades de práxis ligadas à emancipação de classe e humana como resposta para os problemas examinados.

A concepção desesperançosa não é, portanto, a visão individual de diferentes autores modernos, mas demonstra um movimento sintomático que está relacionado à evolução do campo do conhecimento por um caminho que, a partir do chão da sociabilidade capitalista, muitas vezes, considera vias hegelianas e alternativas para a compreensão de fenômenos antes analisados por Marx e desenvolvidos até os dias de hoje pela corrente de pensadores marxistas. A destituição e o esquecimento do marxismo, contemporaneamente, imbrica no enfraquecimento da compreensão acerca das raízes das reais opressões de classe, que, por sua vez, ramificam-se em opressões de raça, gênero, sexualidade, etc. As análises ricas em conteúdos que são substrato para correntes filosóficas européias, ou, conhecimentos típicos de uma abordagem niilista e existencialista da realidade material, propõe ricas mudanças na visão de mundo e na forma de ponderar e refletir acerca das diversas facetas imbricadas na vida humana, no entanto, através deste trabalho, busca-se defender a ideia de que há uma necessidade de recuperar estudos ricos em análises materiais, sociais, científicas e dialéticas, que tenham um objetivo comum, dentre todos: proporcionar, através do estudo, avanços parciais ou mesmo um pontapé inicial para a possibilidade de adentrar em um futuro capaz de restituir e reerguer, na classe trabalhadora, o sentido de luta.

Em suma, é oportuno lembrar o importante marxista italiano, Antonio Gramsci³, que, em suas obras, aborda o tema da educação como forma de combater a ideologia hegemônica do capital, tendo como principal vetor de força a relação dialética entre a classe trabalhadora e o ensino, evidenciando o fato de que, o maior desafio a ser enfrentado é se distanciar de um pensamento hegemônico, ligado aos interesses materiais e ideológicos da classe dominante, embutido no imaginário coletivo de uma sociedade civil, no intuito de vislumbrar a possibilidade de formar intelectuais – e instâncias de lutas – orgânicos, que, além de

³ Antônio Gramsci (1891 a 1937) foi um escritor e jornalista crítico da ordem societária burguesa, compondo a corrente marxista de pensamento com os escritos denominados “Cadernos do Cárcere”, que, divididos em dez volumes, são referência para o pensamento marxista moderno e aglutinam diversas provocações acerca da realidade material do capital, entre os temas, é abordado a questão acerca da necessidade de uma educação libertadora para a classe trabalhadora.

estudiosos das formas abstratas e subjetivas do conhecimento humano, atuem, sobretudo, em busca da direção de um conhecimento crítico, objetivando formar bases teóricas e práticas para a atuação da classe trabalhadora de forma a tensionar a hegemonia da corrente ideológica burguesa.

Isto posto, evidencia-se a necessidade de reiterar, que, enquanto pesquisadores, docentes e discentes das Universidades brasileiras, faz-se necessário a compreensão do caráter transformador do conhecimento da ação, voltado a entender uma práxis política, estratégica e de organização social, pensada para além dos livros e das salas da Universidade.

Afirma-se aqui que os estudos de raízes marxistas são de extrema importância para que um projeto societário emancipatório da classe trabalhadora vislumbre um início. É pertinente e mesmo urgente reconhecer a importância do pensamento marxista científico e desencadear, com a contribuição dele, as respostas para a emancipação de classe, no caso, dos destituídos dos meios de produção no capitalismo, aprofundando, não só noções acerca dos fenômenos e processos categoriais tidos enquanto resultado de um projeto político do capital, mas também favorecendo o alvorecer de noções de luta e transformação.

Referências bibliográficas:

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. 1970. Rio de Janeiro: Elfos Editora, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 1. ed. rev. São Paulo: Massangana, 2010. 154 p

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: S.A Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos Econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Ed. São Paulo: Edipro, 2017. 110 p

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. “Trabalho estranhado e propriedade privada. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I - Capítulo 1: A Mercadoria**. São Paulo: Boitempo, 2013